

Moro e TRF-4 impediram a indecência

Conspiração do PT

para desmoralizar

Judiciário fracassa

HORA DO POVO
ANO XXVIII - Nº 3.648 11 e 12 de Julho de 2018



Desembargador petista terá que explicar a CNJ o golpe em seu plantão

A conspiração para soltar Lula, no primeiro fim de semana depois da Justiça entrar em férias - e no primeiro plantão do desembargador petista Rogério Favreto após a prisão de Lula - redundou em fiasco, devido ao juiz Sérgio Moro e aos desembargadores Gebran Neto, relator da Lava Jato no TRF-4, e Thompson Flores, presidente do Tribunal. Até segunda-feira, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) já recebera seis pedidos de investigação e punição de Favreto, que passou por cima do próprio TRF-4, do STJ, do STF e dos regulamentos do CNJ. **Pág. 3**

Sem lucro com avião comercial, setor de defesa da Embraer vai ser inviabilizado

“Adquirir a Embraer é adquirir o controle de parte da Defesa brasileira, ou inviabilizá-la”, denuncia o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e funcionário da Embraer, Herbert Claros da Silva. Em entrevista a Hora do Povo, Herbert destaca que valor que a multinacional norte-americana Boeing está anunciando pela empresa equivale a apenas um ano de faturamento, ‘uma miséria’.

Página 4

Odebrecht vai devolver R\$ 2,7 bi por propinas e assalto à Petrobrás

A Advocacia-Geral da União (AGU) e a Controladoria-Geral da União (CGU) assinaram, na segunda-feira, um acordo de leniência com o grupo Odebrecht. No acordo de leniência, a empresa reconhece os danos causados à administração federal por meio de práticas de corrupção e se compromete a reparar os danos causados, além de colaborar com as investigações. Em troca, obtém autorização do governo para firmar novos contratos com a administração pública. A empreiteira terá de devolver aos cofres públicos R\$ 2,7 bilhões.

Página 3

Receita Federal investiga manobra da Coca-Cola para não pagar impostos

A Receita Federal está investigando a Coca-Cola por superfaturamento na venda de seu xarope e por tirar proveito das vantagens fiscais da Zona Franca de Manaus. Só no ano passado, a remessa de lucros da multinacional para sua matriz nos EUA aumentou em R\$ 900 milhões.

Página 2

Temer repete Lula e Dilma e dá R\$ 1,5 bilhão ao ano de isenção para as montadoras, por 15 anos

Temer publicou na sexta-feira a Medida Provisória 843/18, que estabelece o chamado programa Rota 2030, em substituição ao Inovar Auto, que vigorou entre 2012 e 2017, com o objetivo de beneficiar as montadoras. A estimativa

é de prejuízo ao país de R\$ 1,5 bilhão ao ano em isenção de impostos, por 15 anos. Um total de R\$ 22,5 bilhões. Isso em uma situação em que há proibição de investimentos por 20 anos, mantendo-se a criminosa política de gastos com juros.

Página 2



Thomaz Silva - ABR

Seleção volta e é bem recebida no aeroporto

A Seleção brasileira foi bem recebida na sua chegada ao Brasil, pelo aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. Ainda abatida com o resultado, Tite e os demais

jogadores foram incentivados pela torcida. Apesar do jogo combativo no dia 6 de julho pelas quartas de final da Copa da Rússia, a Seleção não conseguiu vencer a

agilidade e, podemos dizer, a sorte dos belgas. “Quero, de coração, retribuir o carinho que eles estão nos proporcionando. Obrigado”, afirmou o técnico da Seleção. **Página 5**



Sucesso no resgate em caverna alagada emociona Tailândia

Com grande apoio logístico e solidariedade vinda do mundo inteiro, oito dos 12 meninos que ficaram presos com seu treinador nos labirintos da caverna inundada de Tham Luang, na Tailândia, já se encontram a salvo

desde a segunda-feira. As equipes de mergulhadores estão concentradas em completar o resgate do grupo, formado por 12 meninos e o treinador, que ficaram presos desde o dia 23 de junho. **Página 7**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Novo ministro do Trabalho é sócio da mulher de Gilmar

Dilma e Temer tiraram 240 bilhões do BNDES para pagamento de juros

Desde 2015, os governos têm sangrado o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), obrigando-o a antecipar o pagamento de empréstimos tomados do Tesouro Nacional. A primeira antecipação, ainda no governo Dilma, em dezembro de 2015 no valor de R\$ 15,77 bilhões e em janeiro 2016 de R\$ 13,22, totalizaram R\$ 28,99 bilhões.

“A quitação antecipada foi possível em razão da redução do volume de recursos disponibilizado ao BNDES para subvenção econômica no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), conforme aprovado pelo Conselho Monetário Nacional (Resolução CMN 4.440)”, conforme divulgou o Tesouro Nacional.

Ainda em 2016, numa só tacada, foram antecipados R\$ 100 bilhões, em 2017 mais R\$ 50 bilhões. Com os pagamentos feitos este ano, ou seja, R\$ 30 bilhões em março e mais R\$ 30 bilhões no dia 29 de junho, o total de antecipações já é praticamente de R\$ 240 bilhões. Ainda para 2018 o governo está querendo extrair mais outros R\$ 70 bilhões. O total de empréstimos, na posição de 31.12.2014, registrava um saldo de R\$ 432 bilhões.

A decisão de impor ao banco essas pesadas e indevidas amortizações antecipadas de empréstimos visa desviar recursos para pagar juros aos bancos. Conforme esclarece o próprio Tesouro Nacional: “Importante destacar que os recursos recebidos são exclusivos para o pagamento da Dívida Pública Federal, não podendo ser utilizados para outra finalidade”.

E mais um episódio, e crucial neste caso, onde o governo estrangula um setor de alto interesse econômico e social, travando investimentos, que teve no BNDES um poderoso instrumento, jogando a economia e o país ainda mais na estagnação.

O BNDES, com essas medidas, está sendo duplamente penalizado.

Por um lado, o que poderia ter sido bom, ou seja, um nível médio de R\$ 142 bilhões por ano de financiamentos, entre 2006 e 2014, parte realizados por conta de empréstimos junto ao Tesouro, acabaram indo para tenebrosas transações nos governos do Lula e da Dilma.

As “campeãs nacionais” como a JBS que ao invés de novos investimentos usou recursos do BNDES para comprar outros frigoríficos, laticínios, etc. No conluio com Odebrecht e o “cartel do bilhão”, o banco foi mais uma vez usado, a Sete Brasil levou dinheiro para roubar a Petrobrás, a Oi pré-falimentar e as empresas de Eike Batista foram algumas das outras negociatas.

Por outro lado, ao invés do banco contar com os prazos contratados, inclusive para processar esses desmandos, com resgates previstos em até 2060, Dilma, Temer, Meirelles, Guardia e Diogo arrancaram os R\$ 240 bilhões, que deveriam se tornar investimentos para tirar a economia do fundo do poço. Derrubaram o valor dos financiamentos em 2016 e 2017, para uma média de R\$ 79 bilhões, provocando, ainda, uma descapitalização que parece ter o condão de inviabilizar a instituição.

J. AMARO

Raposa da Esso assume uma diretoria na Petrobrás

O Conselho de Administração da Petrobrás elegeu o engenheiro de produção Rafael Salvador Grisolia diretor Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores. O mandato vai até 29 de março do próximo ano.

Grisolia atuou na área financeira da Esso, filial da norte-americana Exxon-Mobil, e da Cosan Combustíveis.

Desde agosto de 2017 era diretor Executivo Financeiro e de Relações com In-

vestidores da BR Distribuidora.

“É mais uma raposa na galinheiro. Já tinha o Ivan Monteiro, ex-presidente do Conselho de Administração do Grupo Ultra, que exerceu o cargo de diretor Financeiro da Petrobrás e agora é o presidente. Ele tentou vender a Liqueigás para esse grupo. Então, agora piorou”, avaliou o vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), Fernando Siqueira.

Governo dá 24,5 bi de isenção para montadoras por 15 anos



Temer, Padilha (Casa Civil) e Megale da Anfavea: preço do carro não cai

Coca-Cola dribla fisco e remete 2,4 bilhões de lucro para os EUA

Em meio à crise econômica sem precedentes no país, a subsidiária da Coca-Cola no Brasil aumentou a remessa de lucros para a sua matriz nos Estados Unidos em R\$ 1 bilhão de 2016 para 2017.

Como sabemos, não se trata de um surpreendente aumento do consumo dos produtos fabricados pela empresa – que inclusive vem despencando. A suspeita, agora sendo apurada pela Receita Federal, é que a companhia tem superfaturado a venda do seu concentrado (xarope) para os envasadores do produto.

As investigações da Receita se concentram no fato de a Coca-Cola no Brasil vender por cerca de

R\$ 200,00 o quilo do mesmo xarope que exporta a R\$ 20,00. A fabricante do concentrado está instalada na Zona Franca de Manaus, onde o Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) é zero, mas revende o produto para envasadores instalados fora da região.

Como as fábricas envasadoras pertencem à própria Coca-Cola, a suspeita é de que a companhia esteja reduzindo ao mínimo o pagamento de impostos e deslocando para o balanço da sua fábrica na Zona Franca o lucro do grupo.

Não é à toa que as remessas da subsidiária brasileira para a matriz da Coca no exterior pas- sou de R\$ 1,5 bilhão em

2016 para R\$ 2,4 bilhões em 2017, segundo reportagem da Folha.

Os cálculos mais conservadores da Afebras (Associação dos Fabricantes de Refrigerantes no Brasil) estimam que mais de R\$ 7 bilhões deixaram de entrar nos cofres públicos em 2016 por conta dos subsídios e isenções para o setor de bebidas. São maiores beneficiadas às grandes multinacionais, como a Coca-Cola e a Ambev, que contam com tantas regalias que acabam gerando mais crédito tributário do que efetivamente pagando impostos. E esses recursos vão direto engordar suas matrizes do exterior

PRISCILA CASALE

Com o país em crise, Ipea estima queda de 11,3% nos investimentos em maio

O indicador mensal dos investimentos no PIB (Formação Bruta de Capital Fixo - FBCF), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), aponta que houve uma queda de 11,3% nos investimentos em maio de 2018, na comparação com abril. Os dados apresentados pelo instituto levam em consi- deração as variações típicas para o período do ano, ou seja, com ajuste sazonal.

Na comparação com maio do ano passado, os investimentos encolheram 4,5%. No trimestre terminado em maio, os investimentos recuaram 1,2% em comparação com o mesmo trimestre do ano passado.

O indicador do consumo aparente de máquinas e equipamentos (Came) - a soma da produção interna de bens de capital e das

importações, excluídas as exportações - apresentou recuo 14,6% no mês de maio. E a produção interna de bens de capital com a exclusão das exportações desabou em 12,8%, enquanto a importação de bens de capital encolheu 9,8%, na passagem de abril para maio.

O indicador de construção civil também teve recuo 11,5% ante abril, e encerrou o trimestre até maio com retração de 3,6%, em comparação ao mesmo período de 2017. Já o terceiro componen- to da FBCF, classificado como “outros ativos fixos”, voltou a exercer efeito negativo no desempenho dos investimentos em maio, registrando queda de 4,7% na margem. Segundos o Ipea, os dados negativos refletem em grande parte

os efeitos da greve dos caminhoneiros, deflagrada no final de maio, contra a política insana do governo Temer, de reajustes diários nos preços do óleo diesel.

O Brasil vive em recessão há 4 anos, e os caminhoneiros e demais setores da sociedade brasileira têm sofrido com o chamado “ajuste fiscal” de Dilma (PT) e Temer (PMDB), que além de impor juros altíssimos à indústria e cortes de investimentos públicos para engordar o setor financeiro, faz com que os brasileiros amarguem com a queda de seus salários, com o desemprego, com o aumento dos alimentos e remédios, do gás de cozinha, das tarifas de energia, do plano de saúde, entre outras necessidades básicas.

ANTONIO ROSA

Juiz barra entrega da produção de moedas para os estrangeiros

A Casa da Moeda do Brasil obteve uma liminar contra a entrega da fabricação do dinheiro nacional a estrangeiros pelo Banco Central.

“Tal pretensão, diante da irreversibilidade e dos eventuais riscos que representa a entrega, inclusive para a soberania nacional, por si só, já se revela suficiente para o deferimento do pedido de tutela de urgência”, afirmou o juiz Fábio Tenemlat, da 3ª Vara

Federal, em sua decisão.

Em março deste ano, o BC publicou edital para licitação internacional destinada ao fornecimento de moedas de R\$ 0,05, R\$ 0,10, R\$ 0,25, R\$ 0,50 e R\$ 1,00.

Fundada há 324 anos, a empresa pública é responsável pela produção do dinheiro – moeda e papel moeda – no Brasil. O complexo industrial, localizado em Santa Cruz, na zona oeste do Rio de Janeiro, é

um dos maiores do gênero no mundo. No local funcionam as três fábricas da empresa – de cédulas, de moedas e gráfica. Além do dinheiro, a estatal é responsável pela confecção de passaportes, selos postais e diplomas.

Em 2017, Michel Temer anunciou a privatização da Casa da Moeda, junto com outras 57 estatais, para aumentar a transferência de recursos públicos para pagamento de juros a bancos.

Benesses às múltiplas trará prejuízo ao país de R\$ 1,5 bilhão por ano

Temer publicou na sexta-feira (6) a Medida Provisória 843/18, que estabelece o chamado programa Rota 2030, em substituição ao Inovar Auto, mais um conjunto de benesses durante 15 anos para as montadoras, 100% multi- nacionais. A estimativa é de prejuízo ao país de R\$ 1,5 bilhão ao ano em isenção de impostos. Ou seja, um total de R\$ 22,5 bilhões.

Isso em uma situação em que há proibição de investimentos por 20 anos, mantendo-se a estúpida política de gastos com juros.

O Rota 2030 substitui o Inovar-Auto, que vigorou entre 2012 e 2017, com o objetivo de beneficiar as montadoras. O que Temer “criou” nada mais é do que uma cópia do que já tinha feito Dilma, com um ou outro penduricalho.

Esse filme já foi visto. Mesmo com as benesses estabelecidas por Dilma e agora renovadas por Temer não implicaram em desenvolvimento tecnológico no Brasil. No item segurança, nem todos os veículos de série, de todas as montadoras, possuem freios ABS ou air bag, por exemplo.

Além do mais, com o PT, ficou mais que comprovada que a política de desoneração só serviu para favorecer as grandes empresas, particularmente as montadoras. Que é, exatamente, o que vai acontecer com o Rota 2030. Questionado se o programa vai reduzir os preços dos carros, o presidente da associação das montadoras (Anfavea), Antonio Megale, declarou: “Este não é o objetivo, porque nenhuma redução de imposto será na comercialização”. “O foco do programa não é isso”.

Os detalhes do programa não foram colocados na MP. De acordo com o governo, será feito um decreto em 30 dias com o programa completo.

Entre as principais empresas beneficiadas pelas desonerações foram as montadoras. A redução de impostos começou no final de 2008, no governo

Lula, supostamente para estimular o crescimento. As primeiras desonerações foram a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para incentivar a compra de carros e eletrodomésticos. Um total de R\$ 43,5 bilhões no governo Lula.

Por seu lado, Dilma manteve a redução do IPI e diminuiu ou até zerou alíquotas de tributos como PIS/Cofins, Imposto de Renda e Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas, entre outros. Um total de R\$ 458 bilhões previstos no período entre 2011 e 2018. A renúncia fiscal entre 2016 e 2018 foi gerada por medidas anunciadas em 2013.

Tendo os juros altos e o corte de investimentos como carro-chefe da política econômica de Dilma/Temer, o país afundou na recessão e o desemprego explodiu. E não teve desoneração que revertesse o quadro. Ao contrário, serviu apenas para turbinar os lucros dos monopólios.

Do mesmo modo, o programa falsamente denominado de proteção ao emprego (PPE), criado em 2015 sob a bênção petista – renovado por Temer sob o nome de Programa Seguro-Emprego (PSE) –, uma cópia de um programa da Alemanha, beneficiou principalmente as montadoras. Na prática, o PPE (PSE) se traduziu na redução de até 30% dos salários. E também não serviu para proteger emprego nenhum. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice de desemprego em 2015 foi de 8,5%, aumentando para 11,5% (2016) e 12,7% (2017). Até junho deste ano, o índice ficou em 12,7%.

Mesmo com todas as benesses para o setor, é fato que os carros no Brasil são os mais caros do mundo. E nenhuma montadora deixou de enviar os lucros – obtidos com a extorsão aos metalúrgicos e aos consumidores em geral – às suas matrizes.

VALDO ALBUQUERQUE

Câmara aprova entrega de distribuidoras da Eletrobrás

Com a proximidade do recesso parlamentar e o leilão do setor elétrico marcado para o dia 26 de julho, a bancada de Michel Temer no Congresso Nacional se apressou para aprovar o regime de urgência para votação do Projeto de Lei 10.332/2018, que cria condições para a privatização de seis distribuidoras de energia do sistema Eletrobrás pelo preço de banana. O texto-base do PL foi aprovado na Câmara dos Deputados na semana passada (4) por 203 votos a 123.

Em suma, o projeto de lei autoriza que a Eletrobrás assumia as dívidas das distribuidoras que estão sem contrato de concessão vigente para que desta forma elas estejam mais “atrativas” para a privatização. São elas a Amazonas Energia, Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), Companhia de Eletricidade do Acre (Ele- troacre), Companhia Energética de Alagoas (Ceal), Companhia de Energia do Piauí (Cepisa) e a Boa Vista Energia, de Roraima.

Nesta semana, serão votados na Câmara os destaques do projeto e o governo corre contra o tempo para votar a matéria também no Senado a tempo para o calendário do leilão.

Estratégicas para o abastecimento de energia elétrica nas regiões mais carentes do país, como o Norte e Nordeste, a entrega das

distribuidoras faz parte do projeto de destruição do sistema elétrico estatal que começou com Collor e FHC. Esse processo foi aprofundado pelo governo Dilma com as medidas que obrigaram as estatais geradoras a vender energia a preço de custo abaixo do de produção. Com as tarifas exacerbadas das distribuidoras privadas, foi a estatal que teve de assumir o prejuízo.

As seis distribuidoras em questão já estavam prontas para serem entregues através do Plano Nacional de Desestatização, quando, no ano passado, o processo foi barrado pela Justiça. A então proposta do governo era torr-las por apenas 50 mil reais, ou seja, entregá-las de graça. O resultado disso nós já sabemos: tarifas exorbitantes e empresas privadas lucrando através da exploração de um serviço que é essencial.

O objetivo final desse ataque ao sistema é a privatização completa da Eletrobrás, terreno que já vem sendo preparado pelo governo federal através do PL 9463/2018. Enquanto Temer se prepara para se desfazer do patrimônio público como se fosse dele próprio, o ministro Ricardo Lewandowski do Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu a privatização de qualquer empresa estatal ou subsidiária sem a aprovação no Congresso.

P.C.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Rua José Getúlio, 67, Cj. 21 Liberdade - CEP: 01509-001 São Paulo-SP E-mail: inc24agosto@uol.com.br C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yaho.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



“Um juiz é juiz 24 horas por dia”
Ex-presidente do Supremo:
‘Moro procedeu muito bem, ele é um juiz vocacionado’

O ex-ministro Carlos Velloso, que presidiu o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), afirmou que não há irregularidade na conduta do juiz Sérgio Moro de dar despacho no caso da liminar concedida pelo desembargador petista Rogério Favreto, em favor de Luiz Inácio Lula da Silva, mesmo estando em férias. “Um juiz vocacionado é juiz 24 horas por dia”, disse.

“O juiz não é servidor comum que trabalha tantas horas por dia e fecha a gaveta de seu gabinete na sexta-feira e vai para casa passar o fim de semana tranquilamente. O juiz é juiz 24 horas por dia. É assim mesmo que se portam os juizes vocacionados. É possível verificar que Sérgio Moro é um juiz vocacionado. Ele procedeu muito bem”, observou o ex-ministro, em entrevista ao jornal “Folha de S. Paulo”.

Velloso qualifica de estranha a insistência de Favreto, juiz plantonista, em determinar a soltura de Lula mesmo após o relator titular do caso, João Pedro Gebran Neto, ter se manifestado pela manutenção da prisão.

“Considero essa decisão teratológica. Quem mandou prender Lula? Foi o Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Este habeas corpus de agora foi requerido a um juiz do próprio tribunal contra uma decisão do tribunal, portanto foi um pedido incabível. Surpreendentemente, o juiz do TRF, dr. Favreto, concede a liminar, como plantonista”, assinalou.

“O que me parece lamentável é que isso costuma ocorrer na Justiça. Um sujeito espera um juiz plantonista ideal para impetrar um habeas corpus, um mandado de segurança, e ter a certeza da obtenção de uma liminar. Isso é velho e conhecido na Justiça”, completou o ex-ministro Carlos Velloso.

Odebrecht faz acordo de leniência e se compromete a reparar danos à União

A Advocacia-Geral da União (AGU) e a Controladoria-Geral da União (CGU) assinaram, na segunda-feira (9), um acordo de leniência com o grupo Odebrecht. A empreiteira terá de devolver aos cofres públicos R\$ 2,7 bilhões, em até 22 anos.

No acordo de leniência, a empresa reconhece os danos causados à administração federal por meio de práticas de corrupção e se compromete a reparar os danos causados, além de colaborar com as investigações. Em troca, obtém autorização do governo para firmar novos contratos com a administração pública.

Além do pagamento, a empresa se comprometeu a adotar uma política de integridade para evitar novas irregularidades nos contratos futuros com o poder público. A Odebrecht já havia fechado acordos

do com o Ministério Público Federal em 2016 para devolver R\$ 3,82 bilhões às autoridades de Brasil, Estados Unidos e Suíça. Segundo a AGU, o acordo assinado agora não representa pagamento a mais a ser feito pela empresa. A parte que cabe ao governo federal dos R\$ 3,82 bilhões é de R\$ 2,7 bilhões.

A diferença é que o primeiro acordo dizia respeito à esfera criminal. O novo abrange as áreas administrativa e cível.

Dos valores a serem devolvidos, R\$ 900 milhões se referem a propinas pagas a pelo menos 150 agentes públicos; R\$ 1,3 bilhão equivale a lucros indevidos, obtidos em 49 contratos; e R\$ 442 milhões são multas. O montante será rateado entre órgãos como Petrobrás, FGTS (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço), Infraero, Valec e Trensurb.

uma avaliação “criteriosa” da emenda. Ela avalia que o controle dos gastos públicos não precisa ser feito por um limite constitucional, mas pela própria lei orçamentária.

Em relação às novas regras eleitorais, a presidente disse que elas beneficiam os partidos investigados na Lava Jato. “Os partidos da estagnação, da polarização e que estão fortemente envolvidos em casos de corrupção vêm agindo politicamente para impedir que a sociedade — que sinaliza muito fortemente que quer fazer mudanças — possa fazer isso”, disse.

Ler mais em www.horadopovo.org.br

“Teto de gastos inviabiliza a gestão pública”, diz Marina

A ex-senadora Marina Silva (Rede) criticou duramente a emenda constitucional que instituiu o teto dos gastos públicos e afirmou que sua manutenção inviabiliza a administração do governo federal nos próximos anos.

“Não sou eu que estou dizendo, é a realidade que diz isso. E qual é a realidade? O governo congelou por 20 anos a educação que temos, a saúde que temos, a segurança, a infraestrutura, a infraestrutura. Isso é razoável? Com a PEC vai se inviabilizar a gestão pública federal nos próximos anos”, disse em entrevista à Reuters.

Marina afirmou que será necessário fazer

Desembargador petista fracassa em soltar Lula



O desembargador petista em uma selfie com o seu então chefe Favreto: 20 anos filiado ao PT e funcionário de confiança durante os governos de Lula

O desembargador Rogério Favreto, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), com sede em Porto Alegre, decidiu, aproveitando-se do recesso do Judiciário, soltar Lula, preso e condenado em segunda instância a 12 anos e um mês por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, no processo do triplex de Guarujá, no âmbito da Operação Lava Jato.

Favreto é desembargador plantonista, foi filiado ao PT durante 20 anos, até assumir o cargo no tribunal, nomeado por Dilma. Ele atendeu a um pedido de liminar feito pela bancada de deputados do partido de Lula. Os deputados petistas esperaram para entrar com o pedido de habeas corpus somente depois das 19

horas de sexta-feira, para que o pedido caísse na mão de Rogério Favreto. Estava tudo armado para que o desembargador petista fosse o responsável pela decisão.

O juiz Sergio Moro, da 13ª Vara da Justiça Federal em Curitiba, afirmou, neste domingo (8), que o desembargador federal plantonista do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) não pode mandar soltar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, preso desde 7 de abril.

Esta decisão isolada, totalmente atrabiliária, revela o desespero dos corruptos com a Operação Lava Jato. Sua incapacidade de respeitar a lei e as decisões da Justiça somente deixa mais exposto o seu objetivo.

É assim que pretendem, a todo custo, manter a impunidade dos corruptos e continuar roubando o Brasil.

O Desembargador Rogério Favreto filiou-se ao PT em 1991. Ainda na década de 90, quando Tarso Genro se elegeu prefeito de Porto Alegre, foi nomeado Procurador-Geral da prefeitura da capital gaúcha. Em 2005, Favreto foi para um cargo na Casa Civil do governo Lula. Em 2007, de novo nomeado por Tarso Genro, Favreto assumiu a Secretaria da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça. Em 2010, deixou o cargo, para, logo em seguida, ser nomeado, por Dilma, desembargador do TRF-4. Leia mais em www.horadopovo.org.br

Para presidenciáveis, ação atentou contra o Judiciário

O senador Alvaro Dias (PR), pré-candidato do Podemos à presidência da República, criticou o desembargador Rogério Favreto pela liminar que concedia liberdade a Lula. De acordo com o político paranaense, a decisão causou uma “anarquia” no Judiciário e revoltou a sociedade.

“Decisão de soltura de Lula, que anarquiza o Judiciário e causa indignação e revolta na sociedade, é responsabilidade de um desembargador aloprado que serviu a governos petistas, como o de Tarso Genro e do próprio Lula, além de ele mesmo ter sido filiado ao PT”, disse.

Para o ex-governador do Ceará Ciro Gomes, pré-candidato a presidente pelo PDT, “uma crise no Judiciário contribui para elevar ainda mais a desconfiança da população nas instituições e na própria democracia”. “Me assusta ver que magistrados estão agindo de forma que se permita colocar em dúvida sua isenção e imparcialidade”, declarou.

A ex-senadora Marina Silva, presidenciável da Rede Sustentabilidade, manifestou preocupação do desenrolar dos acontecimentos e cobrou a

observância às normas e regras processuais. “O Estado de Direito é pilar da democracia, e a observância às normas e regras processuais é o caminho pelo qual é possível legitimar a proteção jurídica a quem quer que seja”, afirmou.

“A atuação excepcional de magistrado, durante um plantão judicial de fim de semana, não sendo o juiz natural da causa, não deveria provocar turbulências políticas que coloquem em dúvida a própria autoridade das decisões judiciais colegiadas, em especial a do STF”, advertiu Marina.

103 membros do MP vão ao CNJ contra petista do TRF-4

Um grupo de 103 integrantes de ministérios públicos estaduais e do Ministério Público Federal (MPF) entrou com pedido de providências no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra o desembargador petista Rogério Favreto, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4). Para integrantes do

Ministério Público, ao conceder habeas corpus soltando Lula, Favreto incorreu em “ativismo judicial pernicioso e arbitrário”. O abuso de Favreto já é alvo de 6 pedidos de providências no CNJ.

O habeas corpus concedido por Favreto, determinando a soltura de Lula, foi derrubado pelo presidente do TRF-4, Carlos Eduardo Thompson Flores, no domingo. Para os procuradores, a decisão de Favreto de libertar Lula durante seu plantão no TRF4, “viola flagrantemente o princípio da colegialidade, e, por conseguinte, a ordem jurídica e o Estado Democrático de Direito”. Ler matéria ao lado e mais em www.horadopovo.org.br

João Goulart Filho: “precisamos prestigiar e dar recursos suficientes para nossa ciência”

O ex-deputado João Goulart Filho, pré-candidato a presidente pelo Partido Pátria Livre, reuniu-se com o professor Walter Neves, um dos mais renomados pesquisadores brasileiros, para discutir a crise da ciência brasileira e os caminhos para sua superação. O encontro, que contou com a pós-graduanda da USP, Mariana Moura, ocorreu na quinta-feira (5) no escritório do presidente em São Paulo.



Walter Neves, que é biólogo, arqueólogo, professor da USP e antropólogo evolutivo brasileiro, responsável pelo estudo de Luzia - o esqueleto humano mais antigo do continente americano -, e que também pretende disputar um cargo na Câmara Federal, avaliou que as verbas destinadas à pesquisa científica no Brasil são insuficientes.

Goulart conversa com o cientista Walter Neves

“Os projetos de pesquisa ficam ameaçados e muitos deles se inviabilizam por falta de recursos”, apontou o cientista. “Hoje nós defendemos que o Brasil defina uma elevação anual de recursos até chegar a 3,5% do PIB para a ciência e tecnologia”, defendeu Neves.

João Goulart apoiou a iniciativa de Walter Neves de disputar uma cadeira no parlamento e foi categórico em dizer que o país tem que valorizar mais a pesquisa científica. “Precisamos ter um cientista no parlamento, para debater nossa matriz energética, por exemplo”, defendeu Goulart. “Nossa ciência cumpre um grande papel, mas não é prestigiada e nem recebe recursos suficientes”, completou Goulart. Mariana Moura e Walter Neves fazem parte do movimento “Cientistas Engajados” que luta pela valorização da pesquisa científica e pretendem se eleger, ele para a Câmara e ela para a Assembleia Legislativa de São Paulo.

Continue lendo em www.horadopovo.org.br

Manobra do PT e de Favreto (foto) foi completamente ilegal e foi barrada pelo presidente do TRF-4 e por João Gebran



A conduta do desembargador Rogério Favreto, que, durante plantão de fim de semana no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), tentou soltar Lula – afrontando o próprio TRF-4, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF) – é expressamente proibida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em sua Resolução nº 71/2009, o CNJ determina: “O Plantão Judiciário não se destina à reiteração de pedido já apreciado no órgão judicial de origem ou em plantão anterior, nem à sua reconsideração ou reexame”.

O presidente do TRF-4, Thompson Flores, e o relator da Lava Jato no TRF-4, Gebran Neto, apontaram que a conduta de Favreto também era ilegal de acordo com o regimento do próprio tribunal.

Favreto sabia disso. Por que, então, transgrediu todos os regulamentos e leis que regem a matéria?

Em Porto Alegre descobriu-se que, desde que Lula foi preso, a primeira vez em que o desembargador Rogério Favreto deu plantão no TRF-4, foi, precisamente, no fim de semana passado.

A escala de plantões de finais de semana fora publicada na página virtual do TRF-4, exatamente, com um mês de antecedência.

Portanto, o PT e Favreto sabiam com antecedência quando ele estaria de plantão – que começou às 19 horas de sábado.

As 19 h e 32 minutos, a bancada do PT entrou com um pedido de habeas corpus para soltar Lula.

Somente para ressaltar: 32 minutos após Favreto ter iniciado o seu plantão – que era conhecido com um mês de antecedência – o PT entrou com um pedido, inteiramente descabido, para soltar Lula.

O PT e Favreto sabiam que um pedido, naquela noite, iria bater na mão do último.

A trama era soltar Lula rapidamente – e desmoralizar a Justiça.

Favreto é uma figurinha carimbada dentro do PT. Filiado ao partido desde 1991, Favreto foi procurador geral da Prefeitura de Porto Alegre nas gestões petistas de Raul Pont (1997-2000), Tarso Genro (2001-2002) e João Verle (2002-2004); Assessor Especial da Subchefia Jurídica da Casa Civil no governo Lula (2005); chefe da Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2006); chefe da Assessoria Especial da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (2006); e Secretário Nacional de Reforma do Judiciário no Ministério da Justiça (2007-2010).

Depois disso, foi nomeado desembargador do TRF-4, por Dilma.

SOMBRA

Voltemos à noite do último sábado, dia 7 de julho.

Com tantos dias e horas na semana – e com Lula preso desde sete de abril – para que entrar com um pedido de habeas corpus numa noite de sábado?

Por coincidência (claro), numa noite de sábado em que o plantonista era um desembargador petista – em seu primeiro plantão de fim de semana desde que Lula foi preso.

Porém, não é apenas isso.

O Judiciário estava em recesso – isto é, em férias – desde o dia dois de julho.

Toda a Justiça estava em férias havia cinco dias, quando o PT, na noite de sábado, entrou com o pedido para soltar Lula. Aquele era, precisamente, o

primeiro fim de semana após o Judiciário entrar em recesso. Exatamente nesse primeiro fim de semana após a Justiça entrar em férias, e no primeiro plantão do desembargador petista depois da prisão de Lula, é que o PT entrou com o pedido para soltar Lula, que estava preso havia três meses.

O PT esperou aquele sábado, para entrar com o pedido.

É óbvio que isso foi uma conspiração – uma conspiração para desmoralizar a Justiça.

Esse é o modo petista para dar impunidade aos corruptos – com Lula na cabeça da lista: conspirando para avacalhar com a autoridade da Justiça.

Era óbvio que um plantonista de fim de semana no TRF-4 não poderia, legalmente, soltar Lula, contra uma decisão coletiva do próprio TRF-4, confirmada pelo STJ e pelo STF.

Mas o PT está se lixando para a Justiça – assim como se lixou para a democracia, para os bens do povo e para a própria honradez, ao assaltar a Petrobrás e abusar do poder da propina nas eleições.

Daí, essa conspirata ridícula – porém não menos criminosa, por ser ridícula.

A histeria de sua presidente, Gleisi Hoffmann – e de outros, por exemplo, o senador Lindbergh –, após o fracasso da conspiração, mostra que eles realmente esperavam soltar Lula com esse golpe. Por isso, o desembargador petista dispensou até os trâmites de qualquer soltura de um preso – por exemplo, o exame de corpo delito. Queriam Lula solto imediatamente. E que se dane o que ia acontecer depois.

Mas a Justiça, se Lula fosse solto, sairia irremediavelmente desmoralizada. Assim, o Brasil seria dos corruptos impunes – Lula, Cabral, Cunha, Geddel e outros parceiros do PT.

O que impediu essa desmoralização foi a atitude do juiz Sérgio Moro e dos desembargadores João Pedro Gebran Neto e Thompson Flores.

Agora – e sintomaticamente – toda a argumentação do PT é que Moro, Gebran e Thompson Flores agiram contra a lei ao impedirem o golpe. Dizem que eles não podiam se contrapor à Favreto, porque estavam em férias.

O que equivale a uma confissão: o golpe falhou porque Thompson Flores, Gebran Neto e Moro saíram das férias para impedi-lo; logo, quem está errado são eles, que deviam ter ficado quietos, para que a conspiração do PT tivesse sucesso.

Portanto, acham muito justo (?) mandar o Judiciário e a legalidade para o espaço – queixam-se dos juizes, porque não conseguiram.

Até a segunda-feira, havia seis pedidos ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por providências sobre a conduta do Favreto. Um deles, assinado por 103 procuradores e promotores, afirma:

“[a conduta de Favreto] viola flagrantemente o princípio da colegialidade, e, por conseguinte a ordem jurídica e o Estado Democrático de Direito. A quebra da unidade do direito, sem a adequada fundamentação, reduna em ativismo judicial pernicioso e arbitrário”.

Por isso, os membros do MP pedem “afastamento liminar do citado desembargador federal, haja vista a ordem ilegal decretada em afronta à decisão unânime do TRF-4, referendado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal”.

E o mínimo que se pode fazer.

Resta o outro lado – e o mais importante – da conspiração: o PT.

Entrega da Embraer para Boeing vai inviabilizar a área da Defesa

Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos e funcionário da Embraer denuncia que valor a ser pago pela empresa equivale a apenas um ano de faturamento, 'uma mixaria'

Na última quinta-feira (5), a multinacional norte-americana Boeing anunciou um acordo preliminar para a compra da empresa brasileira de aviões Embraer. A negociação, realizada com a chancela do governo Temer que, implicaria na formação de uma nova empresa, uma joint venture que teria 80% de participação da múlti dos EUA e o restante, da empresa brasileira.

Considerada estratégica pelo seu desempenho na produção de aviões de médio porte e na área de Defesa brasileira, a Embraer está sendo vendida para os norte-americanos por apenas US\$ 3,8 bilhões, o que, segundo o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e funcionário da Embraer, Herbert Claros da Silva, "é a receita total que a Embraer teve no ano passado". Em entrevista a Hora do Povo, ele destaca: "Adquirir a Embraer é adquirir o controle de parte da Defesa brasileira, ou inviabilizá-la".

Abaixo, publicamos a íntegra da entrevista:

Como os funcionários e o sindicato estão avaliando este acordo?

Herbert Claros da Silva: Na verdade desde o começo, desde dezembro quando as duas empresas anunciaram tratativas, nós tivemos uma posição contrária. O anúncio oficial das empresas deixou mais claro que a venda é prejudicial ao país. Esse valor de 3,8 bilhões que a Boeing está se propondo a pagar pela Embraer é uma mixaria. O que a Boeing está pagando para a Embraer é a receita total que a Embraer teve no ano passado. Então você imagina, a Boeing tá pagando pra gente o que a Embraer gerou de receita em um ano. Não tem sentido, nós construímos essa empresa durante 49 anos. Com dinheiro público inclusive. Em 20 anos o BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social] deu US\$ 20 bilhões de incentivos para venda de aeronaves, dinheiro do povo brasileiro, dinheiro público nosso, US\$ 20 bilhões foram para financiar a venda de aviões da Embraer e aí nos vamos vender agora para os Estados Unidos por US\$ 3,5 bilhões. Não tem sentido nenhum, nem do ponto de vista comercial, nem do ponto de vista da soberania e nem de manutenção do emprego.

Como vocês enxergam o futuro da empresa com esse acordo?

Na opinião do sindicato o emprego fica ameaçado concretamente com a venda da Embraer para a Boeing. Nós dizemos isso porque não há garantias de que no futuro a Boeing vá fazer investimentos em São José dos Campos ou no Brasil. Nós não temos garantia nenhuma de que daqui a 5 ou 10 anos a Boeing chegue aqui com um novo avião para desenvolver. Isso só existe na indústria automobilística, onde, por exemplo, as multinacionais fazem um novo modelo de carro popular e fabricam no Brasil porque vende, porque tem mercado no Brasil para vender. Agora para os aviões da Embraer não existe mercado no Brasil, não existe mercado na América Latina. Os aviões que a gente faz na Embraer tem mercado na Europa, nos Estados Unidos. Então não tem como acreditar que a Boeing vá

desenvolver alguma coisa aqui. E se não tiver um novo projeto, se não tiver um avião novo, não tem produção e se não tiver produção de aeronave, o que vai acontecer com a Embraer é que daqui 5 ou 10 anos nós vamos nos resumir a uma fábrica de peças de aviões. E para fazer peças de aviões são necessários apenas 3 mil funcionários, não 15 mil funcionários, que é o que temos hoje.

Com a criação desta nova empresa para administrar a área comercial, a Embraer "antiga" ficará com a Defesa. Na sua avaliação a Defesa terá condições de se sustentar?

Não tem como. A área de defesa da Embraer hoje só existe graças a área comercial, é só perguntar para qualquer especialista da aviação. Se nos últimos 49 anos não existisse a aviação comercial não existiria Defesa, não existiria Super Tucano, não existiria KC-390. Se não existiria nos últimos anos, como eu posso dizer que vai existir pra frente. Não vai existir. Para nós é óbvio que a Defesa vai morrer. E para nós isso faz parte de uma estratégia geopolítica americana, adquirir a Embraer é adquirir o controle de parte da Defesa brasileira, ou inviabilizá-la. A defesa não tem condição de sustentar sem a aviação comercial.

E com a aviação executiva, que dizem que também vai ficar com essa Embraer?

Muito menos com a aviação executiva, a aviação executiva é pior ainda, porque 80% da aviação executiva hoje está nos Estados Unidos, uma coisa que a imprensa brasileira não divulga. A aviação executiva hoje não é feita no Brasil, os aviões executivos da Embraer são todos montados nos Estados Unidos, no estado da Flórida, não são mais aqui. Então a aviação executiva e a Defesa que eles tão dizendo que vai ficar na Embraer, metade disso já está nos Estados Unidos. Então na nossa visão, a Embraer que vai sobrar vai acabar, isso vai ter prazo de validade, não vai se sustentar, porque a receita dela é muito baixa. Se 65% da receita da Embraer vem da aviação comercial e 80% disso vai estar na mão da Boeing, bom, o que vai sobrar não sustenta a empresa.

Tem havido uma onda de demissões na Embraer recentemente, porque o sindicato considera que isto está relacionado com a venda para a Boeing?

Para nós tem a ver com a venda porque não existe nenhum motivo concreto para as demissões, a Embraer não baixou a produção dela, a Embraer não está em crise, até a multa de corrupção quem pagou foi os trabalhadores, com um PDV [Plano de Demissão Voluntária] que teve. Pedimos uma reunião com a direção da Embraer e não fomos recebidos. Então a única coisa que justifica as demissões é esse acordo com a Boeing. Temos escutado pelos corredores da empresa que a Boeing considera que a Embraer está com um excedente de funcionários. A gente presume que essas demissões que estão ocorrendo sejam por conta disso. A declaração do presidente da Embraer é mentirosa, ele está dizendo que a venda para a Boeing é para preservar empregos. Esta é a retórica de sempre, desculpa para inglês ver.

MP-RJ apura se Marcelo Crivella cometeu crime de responsabilidade

O Ministério Público do Rio de Janeiro informou na sexta-feira (6) que irá investigar a reunião, realizada no último dia 4, em que o prefeito do Rio, Marcelo Crivella (PRB), apresenta candidato do partido ao cargo de deputado federal e oferece privilégios a líderes de igrejas evangélicas.

Três pedidos de impeachment já foram protocolados contra Crivella na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro.

A reunião aconteceu no Palácio da Cidade, sede do gabinete de Crivella, com a participação de cerca de 250 pessoas. O Ministério Público vai apurar se houve crime eleitoral e tratamento privilegiado aos fiéis de determinado segmento religioso.

Nesta segunda-feira (9), os vereadores Leonel Brizola (PSOL), Tarcísio Motta (PSOL), Renato Cinco (PSOL), Paulo Pinheiro (PSOL), Babá (PSOL), juntamente com os deputados Marcelo Freixo (PSOL) e Flávio Serafini (PSOL) apresentaram

uma representação no MP-RJ contra o prefeito por improbidade administrativa.

Os deputados e vereadores se reuniram com o procurador-geral Eduardo Gussem por 20 minutos antes de protocolarem a representação.

"Está difícil encarar a saúde no Rio? Não se você for amigo do Crivella. Se você conhece a Márcia, aí que não vai ter problema mesmo. Não podemos permitir a instauração do Estado teocrático no Rio de Janeiro", afirmou o vereador Brizola Neto.

"É necessário que o Ministério Público se posicione sobre aquela absurda reunião do Marcelo Crivella que, de forma flagrante, cometeu crime eleitoral ao fazer campanha em um espaço público antes da hora, como também ofereceu vantagens para que pessoas pudessem furar a fila do sistema de regulação e ter acesso a cirurgias antes da hora", afirmou o vereador Tarcísio Motta.



"Venda da Embraer não tem sentido nenhum, nem do ponto de vista comercial, nem do ponto de vista da soberania", denuncia o sindicalista

Fornecedor da Embraer, Cesar Augusto Andrade e Silva, alerta: "Cadeia produtiva aeronáutica vai morrer"

O Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) encaminhou uma carta aos representantes do governo e da Aeronáutica sobre a aliança entre a Boeing e a Embraer, pedindo proteção e mais incentivos para a base industrial brasileira.

A cadeia produtiva da Embraer no país é composta por cerca de 70 empresas, e emprega 5 mil funcionários. Apenas 10 destas empresas são exportadoras. O Ciep destacou a preocupação com os impactos da nova aliança entre a Embraer e a Boeing no futuro dessas empresas fornecedoras,

caso não haja uma política do governo que garanta a preservação da cadeia nacional.

"Se não tiver proteção, a cadeia vai morrer num curto espaço de tempo, por falta de acesso ao mercado global e de competitividade", disse o diretor do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) em São José dos Campos, Cesar Augusto Andrade e Silva.

Os fornecedores da Embraer não foram mencionados no acordo com a Boeing, anunciado na semana passada. "Espero que este assunto venha à tona no detalhamento da parceria e o governo aja no

sentido de preservá-los", disse Silva.

"O Brasil abriga a terceira fabricante de aviões mais importante do mundo, mas as pequenas e médias empresas do setor aeroespacial do país ainda estão fora da cadeia global de fornecimento de aeroestruturas, um mercado estimado em US\$ 60 bilhões", ressaltou Silva.

O Ciesp quer a criação de uma cadeia aeronáutica completa para o atendimento às Forças Armadas e ao governo brasileiro, para garantir independência e sustentabilidade tecnológica.

Governo de São Paulo anuncia aumento de 10,5% para os professores estaduais

O governador de São Paulo, Márcio França (PSB), destacou a valorização dos salários dos professores estaduais pelo seu governo, segundo ele, "valorizar os professores é o caminho certo para a educação de qualidade".

Na última semana, o governo anunciou um pacote de ações num total de R\$ 430 milhões, dentre os quais, o aumento salarial é fundamental. "Vamos realizar a prova de Valorização pelo Mérito, que permite o reajuste de 10,5% ao salário base para os professores aprovados e será retroativo a 2016. O exame será realizado ainda neste ano", disse.

O aumento salarial se deu após negociações com o Sindicato dos Professores de São Paulo (APEOESP). No mês passado, Márcio França e Izabel Noronha (presidente do sindicato), estiveram em Brasília em reunião com a presidente do STF, Carmen Lucia, para negociar a retirada



Márcio França e Izabel Noronha, da APEOESP junto a presidente do STF, Carmen Lucia

da proibição de aumento salarial, concedida em liminar pela ministra.

Sem reajuste há três anos, os professores reivindicaram na Justiça um aumento de 10,5% para toda categoria. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) acatou a decisão do sindicato, mas o então governador, Geraldo Alckmin (PSDB), recorreu da decisão, que foi suspensa pela ministra Carmem Lucia.

O governador Márcio

França acordou com a ministra a garantia da incorporação do aumento para os trabalhadores em três parcelas.

O governador destacou ainda o investimento na qualificação dos professores. "Também iremos abrir a seleção de bolsas de estudo de pós-graduação para profissionais da rede estadual, que está paralisada desde 2014. A meta é abrir 1.000 vagas entre 2019 e 2023".

Ato pelo congelamento do preço do gás de cozinha em R\$ 55 é realizado em S. Paulo

No último domingo (8), entidades de trabalhadores, mulheres e estudantes ocuparam a avenida paulista contra o aumento do gás de cozinha e exigiram o congelamento do preço em R\$ 55.

O preço do gás de cozinha subiu 70% somente em junho. Existem locais onde o botijão é vendido por mais de R\$ 100. Enquanto isso cerca de um milhão e duzentas mil famílias estão cozinhando na lenha, no álcool ou no querosene, pois não tem

dinheiro para comprar o gás.

"Repudiamos os aumentos contínuos dos combustíveis e do gás de cozinha, denunciando que essa carestia está aumentando a fome do povo, já colocado num desemprego cruel de 26 milhões de pessoas", denunciou Gláucia Morelli, presidente da Confederação das Mulheres do Brasil (CMB).

Gláucia explica que o valor de R\$ 55 "é o preço de janeiro de 2017, antes de começar essa política criminoso de

aumento dos combustíveis e do gás de cozinha atrelado ao dólar".

Entre as entidades que participaram da manifestação estão a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a Confederação das Mulheres do Brasil (CMB), a União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP), o Congresso Nacional Afro Brasileiro (CNAB) e a Federação Paulista da Associação de Moradores (FEPAM).



Manifestantes defenderam a redução do preço do gás para a população



270 casos já foram confirmados no estado Amazonas registra a primeira morte por sarampo em 18 anos

Um bebê de apenas sete meses morreu de complicações do sarampo na última quinta-feira (5), em Manaus. A região Norte do país está em alerta para o risco de uma epidemia com mais de 2 mil casos em investigação.

O sarampo foi considerado uma doença erradicada no Brasil desde 2016, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) identificou que o país estava há um ano sem o registro de casos do vírus. Porém, isto mudou este ano, quando boletins recentes mostram que uma epidemia da doença está em curso, altamente contagiosa e que pode levar a mais mortes de crianças. A volta de doenças da Poliomielite, difteria e rubéola também preocupam os especialistas.

Doenças como o sarampo e a poliomielite já estavam sob controle no Brasil há anos, mas, com o avanço das cortes na área da saúde e a política de arrocho dos governos Dilma e Temer, elas estão retornando ao dia-a-dia dos brasileiros. Agora, o governo tenta responsabilizar a população pela falta de vacinação.

O Brasil possui uma das melhores coberturas vacinais do mundo. Entretanto, as campanhas de vacinação praticamente deixaram de existir, o acompanhamento das carteiras de vacina das crianças nas escolas é nulo e, principalmente, as consultas nas Unidades Básicas de Saúde não são mais frequentes.

Segundo o Sems (Secretaria Municipal de Saúde de Manaus), essa foi a primeira morte causada pela doença em 18 anos na capital amazonense. A Prefeitura de Manaus decretou situação de emergência para conter o avanço do vírus.

Outros 270 casos de sarampo foram confirmados apenas em Manaus e com a comprovação de surto em todo o estado pelo Ministério da Saúde, a Sems informou que a procura pelas vacinas aumentou. De acordo com o órgão, desde o início de março deste ano, já houve 2.231 notificações de suspeita de infecção da doença causada pelo vírus Morbillivírus.

"Esse crescimento o número de casos suspeitos aumenta a possibilidade de disseminação para outros estados do país e coloca em risco os compromissos para manutenção de certificação da eliminação da circulação do vírus do sarampo as Regiões das Américas", informou a secretaria por meio de nota.

No dia 9, a Secretaria de Saúde de Rondônia confirmou o primeiro caso de sarampo no estado. Um outro caso já testou positivo para a doença, mas aguarda resultado de contraprova, a ser enviado pela Fundação Oswaldo Cruz, para ser oficialmente contabilizado. Rondônia não tinha registros de sarampo desde 1999.

RIO DE JANEIRO

A Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro confirmou dois casos de sarampo no estado. As amostras foram analisadas pela Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz). Outros oito casos estão sendo acompanhados de perto pela Secretaria Municipal de Saúde.

Um dos casos confirmados é o da estudante Ingrid, de 21 anos, diagnosticada após a secretaria começar a investigar quatro casos suspeitos na última semana. Em entrevista, a estudante afirmou que teve um diagnóstico equivocado no hospital.

"Disseram que era zika ou chikungunya", disse a estudante. "Eu estava bem manchada, com febre acima de 39 graus. Cheguei a ter conjuntivite, muita tosse, dor no corpo, principalmente pernas, muita dor no olho e as manchas cocavam bastante. Eles davam dipirona, a febre cedia e me mandavam pra casa. Em duas horas, voltava o 'febrão'", explicou Ingrid.

MPF analisa se "escória" da CSN está poluindo a cidade de Volta Redonda

As irregularidades no depósito de escória de minério da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) localizada na periferia de Volta Redonda, no sul do estado do Rio de Janeiro, e operado pela multinacional norte-americana Harsco Metals, chamou a atenção do Ministério Público Federal (MPF-VR), que começou a apurar as denúncias de contaminação dos moradores da região.

Segundo a população, a montanha de escória (termo utilizado para os rejeitos da produção de aço) está contaminando a região. Em redes sociais, moradores do entorno publicaram fotos e vídeos, mostrando o pó preto dos resíduos, que contém resquícios de metais.

Em nota, o MPF-VR afirma que depois da vitória, no último dia 4, na montanha de rejeitos de Altos-Fornos e Aciaria, no bairro Brasilândia, "está avaliando perigo e dano à Área de Proteção Ambiental Permanente (APP)". A montanha de escória fica a apenas 50 metros do Rio Paraíba do Sul, que abastece 12 milhões de pessoas.

"O MPF estuda medidas para responsabilizar a CSN, a Harsco e o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), entre as quais, recomendação (para a solução dos problemas); assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e ação civil pública", aponta o texto do MPF.

A empresa diz garantir que a escória não é danosa à saúde das pessoas, porém especialistas atestam que o pó de escória pode ser fonte de tosse, danos aos pulmões, eczemas, pneumoconiose moderada, faringite, laringite, conjuntivite, e queimadura na mucosa da boca, esôfago e estômago.



No Brasil e na Rússia, torcida empurrou Com apoio da torcida, Seleção chega ao Brasil sob aplausos

A Seleção brasileira fez um jogo combativo no dia 6 de julho pelas quartas de final da Copa da Rússia, mas não conseguiu vencer a agilidade e, podemos dizer, a sorte dos belgas.

Um gol contra, de Fernandinho, depois de um escanteio aos 12 minutos do início do jogo, com uma cabeçada para dentro da sua própria meta, e um chute de De Bruyne, aos 30 minutos do primeiro tempo, fruto de um contra ataque fulminante pela direita, colocaram uma vantagem folgada da Bélgica, que acabou desclassificando o Brasil da competição.

O Brasil cresceu durante a Copa, jogou bem contra o México e também contra a Bélgica. O time foi guerreiro, lutou até o fim e saiu aplaudido pela torcida. Também no desembarque ao Brasil, no domingo, a equipe de Tite foi bem recebida por torcedores. “Quero, de coração, retribuir o carinho que eles estão nos proporcionando. Obrigado”, afirmou o técnico da Seleção.

O apoio da torcida se contrapôs ao comportamento da mídia em geral que, ao contrário, chegou a dizer que a derrota foi maior do que a sofrida na última Copa, quando perdemos de 7 a 1 para a Alemanha. Talvez porque para esses, que não cansam de bajular os times europeus, perder para os alemães não seja assim tão ruim, mesmo que com a Seleção saindo apagada e humilhada de uma Copa no seu próprio país.

Ocorre que, diferente da Copa passada - quando o país vivia uma crise na qual vem se aprofundando cada vez mais, com bilhões sendo gastos em obras superfaturadas e um descontentamento geral do povo com a política - o sentimento da população nesta Copa foi outro. Não que a política tenha mudado. Piorou. Mas o que se viu foi o povo torcer, voltar a pintar as ruas e a vestir a camisa amarela. O brasileiro voltou a acreditar, acreditar na sua Seleção, no país, no sentimento de nacionalidade. Foi talvez esse sentimento, de identidade nacional, que faltou na nossa Seleção.

Faltou porque não tem como haver sentimento de nacionalidade quando os atletas brasileiros são quase todos jogadores de equipes estrangeiras. Desde muito jovens deixam o Brasil e se formam no estrangeiro, e são engolidos pelo “futebol globalizado”, ou melhor, pelo futebol europeu. A característica do futebol brasileiro, e também o latino-americano, está deixando de existir. O que vem sendo criado nos últimos anos é a padronização do futebol, sem diferencial, sem estilo, sem futebol-arte.

Talvez seja essa uma das diferenças se compararmos com as equipes que trouxeram a Taça para o Brasil quando, em 1958, em 1962 e em 1970, tínhamos uma escola de futebol, no mesmo sentido em que se usa a palavra “escola” para definir certas tendências da arte e da literatura.

Nem Garrincha nem Pelé - este, exceto depois de sua aposentadoria no Brasil - jogaram no exterior. Nem Nilton Santos ou Zito ou Gérson. O único caso desse tipo foi Didi, que ficou um ano no Real Madrid, mas voltou para o Rio de Janeiro. O Brasil, nessa época, conseguia manter seus jogadores no país. Os campeonatos dentro do país eram a base do estilo - e, neles, estava a totalidade da escalação do selecionado brasileiro.

Seleções de futebol em disputa sempre significou a demonstração de várias maneiras nacionais de se jogar futebol. Mas é necessário que exista uma base nacional para formar uma Seleção nacional.

Isso tudo, certamente, não acontece apenas no futebol. O enfraquecimento econômico do país, devido a políticas de devastação neoliberal, desde 1990, teve, como consequência, a drenagem de profissionais para fora do país. Somente entre 2011 e 2017, as Declarações de Saída Definitiva do país aumentaram em 160%, segundo a Receita Federal. Mas essas são as declarações oficiais - e as declarações daqueles que têm bens e renda.

E não foi diferente no futebol. Claro que essas questões não esgotam os problemas da nossa Seleção - nem as resolvem. Apenas apontamos que, no futebol, tal como em outros terrenos, a destruição a que o país está submetido há décadas, está ameaçando avanços que nós tínhamos conquistado.

Enfim, sem o Brasil para a nossa tristeza, a Copa segue e às semifinais chegaram times que surpreenderam: Bélgica, França, Inglaterra e Croácia. Dessas quatro, duas possuem um título mundial: França (1998) e Inglaterra (1966).

Temer nomeia “consultor” de multis para pasta do Trabalho



Relator da LDO, senador Dalírio Beber, apresentou parecer anti-servidor



Ao centro Walter Neves e Mariana Moura, do “Cientistas Engajados”

Marcha pela Ciência denuncia cortes do setor: “Estamos vivendo um desmonte”

Neste domingo (8), cerca de mil cientistas, pesquisadores, professores e estudantes participaram da 3ª Marcha pela Ciência, na Avenida Paulista, em São Paulo, organizada pela Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC). O dia 8 de julho é Dia Nacional da Ciência e Dia Nacional do Pesquisador, além de ser o 70º aniversário da entidade.

O objetivo da manifestação foi chamar atenção da sociedade para os problemas que a área de Ciência e Tecnologia vem enfrentando no Brasil. Apesar de ser central para o desenvolvimento econômico e tecnológico do país, vem sendo sucateada desde o governo Dilma, quando do orçamento previsto para as Universidades Federais foi contingenciado 47%. Temer, por sua vez, diminuiu em 12% o orçamento do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação (MCTIC) de 2018 em relação ao ano anterior.

Segundo Helena Nader, ex-presidente e considerada presidente de honra da SBPC, professora titular da Escola Paulista de Medicina, da UNIFESP “educação e Ciência são prioridades para sair da crise”. “Ou o Brasil muda isso [a realidade de cortes] e põe como política de Estado educação e Ciência, ou nem para exportar commodities vai dar, porque commodity também envolve Ciência”, explicou a pesquisadora em entrevista ao Brasil de Fato. Helena também criticou a Emenda Constitucional 95, que instituiu um teto de gastos para o governo federal com saúde e educação, por exemplo: “Ela tira o sonho, ela tira o futuro. E ninguém que aprovou essa emenda foi eleito para fazer isso”.

O grupo Cientistas Engajados, que reúne pesquisadores em torno de um projeto de incentivo à Ciência e Tecnologia nacionais, também esteve presente com dezenas de integrantes, panfletos informativos e cartazes com os dizeres: “Ciência não é gasto, é investimento”. O grupo indicou Walter Neves, professor titular do Instituto de Biologia (IB) da USP, e Mariana Moura, doutoranda em Energia pelo Instituto de Energia e Ambiente (IEE) da USP, para serem, respectivamente, pré-candidatos a Deputado Federal e Estadual pelo Partido Pátria Livre (PPL). Para Mariana, “exemplos de outros países nos mostram que o investimento em Ciência e Tecnologia é primordial, pois estas devem, juntas, ser o motor do desenvolvimento econômico”.

De acordo com o atual presidente da SBPC, Ildeu de Castro Moreira, o evento é importante por “registrar o nosso protesto e insatisfação com o quadro da ciência e da educação no País neste momento”. “Nosso protesto é contra o quadro de desmonte que estamos vivendo na ciência, na tecnologia e na educação pública no Brasil”, afirmou o professor do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IF/UFRRJ).

ASBPC também organizou atividades neste domingo no Rio de Janeiro, com o evento realizado na Quinta da Boa Vista e denominado “Domingo com Ciência na Quinta”, em Fortaleza, com o evento “Ciência no Parque” e em Belo Horizonte. Em Salvador, um evento foi realizado no dia 2 de julho, data em que se comemora a Independência da Bahia. Em Belém, as atividades ocorreram na última terça-feira (9), enquanto que em Brasília, ocorrerão no dia 12 de julho, no Plenário da Câmara.

PEDRO BIANCO

Servidores públicos convocam mobilização no DF contra congelamento dos salários em 2019

Os servidores públicos federais estão convocando uma manifestação no aeroporto de Brasília nesta quarta-feira, 11 contra o congelamento dos salários, previsto no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) de 2019.

O relatório da LDO foi apresentado na semana passada, pelo senador Dalírio Beber (PSDB/SC), e proíbe qualquer reajuste aos servidores e também veta a criação de novos cargos. Na quarta-feira, o projeto será votado na Comissão Mista Orçamentária (CMO).

A Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe) convocou a categoria para ato no aeroporto de origem dos membros da CMO, assim como no aeroporto de Brasília e Congresso Nacional. O Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e Tribunal de Contas da União (Sindilegis) afirma que “vai lutar para retirar do texto a previsão de congelamento dos salários dos servidores”.

De acordo com a Fenajufe, “além dos danos sociais com o enfraquecimento da presença do estado junto à população que se socorre dele, o projeto fere também o exercício da cidadania ao sucatear ainda mais setores como Educação, Saúde Pública e o acesso à Justiça. Para os serviços e servidores públicos, a proposta ataca ao estabelecer:

- Supressão de todos os dispositivos que autorizavam a concessão de reajuste remuneratório de servidores públicos. Em seu lugar, o relator propôs a inclusão do artigo 92-A, que veda expres-

Consultório do novo ministro presta serviços à Odebrecht, Samarco, Sete Brasil e Bradesco

Depois do escândalo que derrubou o Ministro do Trabalho, Helton Yomura, afastado por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), após ter sido alvo da Operação Registro Espúrio da Polícia Federal, Michel Temer nomeou interinamente para o cargo outro investigado da Lava Jato, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha. Agora, saiu o novo representante de Temer para a pasta. O desembargador aposentado, Caio de Almeida Vieira de Mello, sócio do escritório de advocacia Sérgio Bermudes, que defende as empresas mais poderosas do país.

Além de ser sócio de Bermudes, o novo ocupante da pasta do Trabalho tem também como sócia e colega a advogada Guiomar Mendes, mulher de Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), notório e contumaz soltador de corruptos. O escritório de Sérgio Bermudes em Brasília é chefiado por Guiomar Mendes, que é casada com o ministro Gilmar Mendes. Vieira de Mello e Guiomar Mendes atuam juntos e a indicação do ex-desembargador para o ministério de Temer agradou Gilmar Mendes.

A proximidade entre Bermudes e Gilmar Mendes é tamanha que o advogado chama o ministro de “irmão”. E foi Guiomar Mendes quem sugeriu a contratação de Ivete Sangalo para a celebração de 45 anos da firma, comemorada em 2014 com um festão para 3 mil convidados no Copacabana Palace - estima-se que só o cachê da cantora baiana ficou em 600.000 reais.

Entre os clientes de Sérgio Bermudes e do novo ministro do Trabalho de Temer estão criminosos de alto coturno, que já lesaram os cofres públicos em bilhões de reais. Um deles é o ex-magnata Eike Batista, endividado com o desmanche de seu império X, após sua prisão por pagar propina ao ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, em troca de contratos superfaturados. Eike foi também largamente beneficiado pelo governo Dilma Rousseff que entregou a ele campos de petróleo sem que sua empresa tivesse retirado uma gota de óleo. Desde que contratou Bermudes, Eike já desembolsou 6 milhões de reais em honorários.

Outra cliente do escritório, onde o novo Ministro do Trabalho de Temer presta serviços de consultoria, está a Sete Brasil, empresa criada pelo governo Lula para roubar a Petrobrás no processo de construção de sondas para a exploração do pré-sal. A

Justiça proíbe prefeitura de Porto Alegre de cortar ponto de grevistas

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul proibiu a Prefeitura de Porto Alegre de descontar dia de greve do salário dos servidores municipais. Na última quinta-feira (5) o desembargador Francesco Conti da Quarta Câmara Civil julgou que foram preenchidos os requisitos para se deflagrar a greve atendendo a Ação Declaratória de direito de greve feita Sindicato dos Municipais de Porto Alegre (SIMPA).

O funcionalismo havia parado no dia 18 de junho exigindo que o governo de Marcehan (PSDB) garantisse a reposição da inflação do período 2016/2018 e o pagamento atrasado das gratificações natalinas dos servidores Municipais.

Segundo a decisão, o juiz

empresa foi investigada na Operação Lava Jato e teve seus diretores presos. Só um desses diretores da empresa, Pedro Barusco, que fez acordo de colaboração premiada, devolveu para os cofres públicos US\$ 100 milhões em propinas desviadas para contas no exterior.

Outra empresa defendida por Bermudes, e, por tabela, pelo novo Ministro do Trabalho de Temer, está a mineradora Samarco, responsável pelo rompimento da barragem de Mariana, em Minas Gerais, considerado o maior crime ambiental da história do Brasil. Além desses clientes, o novo ministro de Temer respondia, através do escritório de Bermudes, por potentes como Bradesco, Citibank e Ambev e pelas construtoras Odebrecht e Queiroz Galvão.

Outro ponto negativo que pesa sobre o novo escolhido para o Ministério do Trabalho depois que a PF desbaratou a quadrilha que agia dentro do órgão, cobrando até R\$ 4 milhões para emitir uma carta sindical, é que ele foi uma escolha pessoal de Temer.

O chefe da tropa de choque de Temer, Carlos Marun, saiu em defesa do novo ministro com esse forte argumento, de que era uma escolha pessoal de Temer. “[O presidente] consultou vários amigos e lhe foi sugerido o nome deste mineiro, ex-vice-presidente do TRT. O presidente viu nele as condições para o exercício desta importante missão. Tratou-se de escolha pessoal do presidente da República”, afirmou Marun.

Absurdo ainda é um cidadão que representa essas grandes empresas multinacionais, muitas conhecidas por desrespeitar direitos trabalhistas, ser nomeado o Ministro do Trabalho que, teoricamente, deveria representar e garantir o direito dos trabalhadores. Algo pouco provável em se tratando ainda de um governo como o de Temer, marcado por acabar com direitos históricos dos trabalhadores, com os ataques à CLT, e pela tentativa de saquear a Previdência Pública.

No escritório de Bermudes no Rio também trabalha a advogada Marianna Fux, filha do ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, que já foi criticado por julgar casos ligados à banca do amigo. Em 2013, o falatório em torno de uma festa em comemoração dos 60 anos de Fux, que seria realizada no apartamento de 700 metros quadrados de Sérgio Bermudes, na Avenida Rui Barbosa, no Flamengo, foi tamanho que o convênção acabou cancelado.

Para Anamatra, queda das ações trabalhistas é “rematada mentira”

O presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), Guilherme Feliciano, condenou, em audiência na Câmara dos Deputados, “o enfraquecimento da Justiça do Trabalho” causado pela reforma trabalhista de Temer.

O representante dos magistrados também criticou o entendimento de que o juiz deverá “privilegiar” os aspectos formais na apreciação da validade das convenções; “há uma diminuição proposital do papel da Justiça do Trabalho”, denunciou o magistrado.

Um exemplo utilizado foi a recente diminuição no número de novos processos trabalhistas em 45% comparando os primeiros trimestres de 2017 e 2018. “Teríamos de supor que quase metade das demandas judiciais até então veiculadas era composta por aventuras jurídicas, o que é uma rematada mentira. Não chegam a

5% as improcedências totais, o que significa que, quando o trabalhador vai à Justiça do Trabalho, algum direito ele geralmente tem. A queda vertiginosa é artificial e se deve ao temor incutido no trabalhador, decorrente da associação do regime de sucumbência recíproca com uma gratuidade judiciária absolutamente esvaziada”, denuncia Feliciano.

Durante o debate, o presidente ainda constatou que era preciso “desmistificar algumas mentiras” e por isso a Anamatra inicia, nesta semana, uma campanha de conscientização e valorização da Justiça do Trabalho. O documento, que foi distribuído durante o debate, defende que “Direito e Justiça do Trabalho atuam para assegurar ambiente concorrencial estável, punindo os que trapaceiam a partir da sonegação de direitos sociais”.

Colômbia: corpos de sete jovens são encontrados com tiros e marcas de tortura

Apenas seis meses depois do assassinato de quatro camponeses, o município de Argélia, na região de Cauca, na Colômbia, amanheceu com mais sete corpos de jovens entre 25 e 35 anos, mortos a tiros e marcas de tortura no dia 3 de julho. A zona, que foi influência das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), agora está completamente tomada pelo narcotráfico.

Membros da comunidade recordaram que no início deste ano, em janeiro, um grupo de encapuzados havia assassinado quatro pessoas na localidade, transformada em corredor estratégico pelo narcotráfico – que agora não encontra oposição para os seus crimes.

Um documento preparado pela Agência Prensa Rural destaca que a região, de alto potencial hídrico, é também rica em fontes de riqueza natural em termos de reservas de água doce e recursos minerais, como níquel, cobre e ouro aluvial.

De acordo com a Associação de Trabalhadores Camponeses de Argélia (Ascamta), após os acordos de paz e sem a presença do Estado para defender os interesses da população local, a ação de grupos ilegais coloca em risco tanto a vida dos lutadores sociais como dos habitantes.

Entre as mortes registradas na região nos dois últimos anos se encontra a de José Antonio Velasco, trabalhador rural, defensor dos direitos humanos, que integrava a Associação Pró-Constituição de Zonas de Reserva Camponesa e integrante de Marcha Patriótica – de oposição ao governo – assassinado em novembro de 2016 e Cristian Delgado, porta-voz da Rede de Direitos Humanos Francisco Isaiás Cifuentes.

Com uma abstenção de 47,2% dos eleitores, mais 5,5% entre nulos e brancos, a eleição de Ivan Duque, indicado pelo ex-presidente fascista Álvaro Uribe – que manteve a Colômbia fracionada por uma guerra de guerrilhas que já durava 53 anos – aponta para a multiplicação da barbárie. Uribe e Duque são firmes opositores dos acordos de paz.

França: revolta eclode em Nantes depois que policial mata filho de imigrantes

A revolta eclodiu nos bairros franceses de Orvault, Reze, Nantes, Breil e Bellevue, com a decisão de manter em liberdade o policial responsável pela morte do jovem Aboubakar Fofana (cujos pais emigraram da Guiné no início dos anos 1990), durante uma batida policial, ocorrida em Nantes, na terça-feira (3).

Em Breil e Bellevue, conforme matéria do site Ouest-France, as forças de segurança foram repelidas por coquetéis Molotov atirados por diversos protestantes que exigiam justiça enquanto se protegiam das granadas de gás lacrimogêneo. Já em Nantes, onde os conflitos tiveram início ainda no dia 3, as manifestações centenas de imigrantes africanos em protesto contra a discriminação policial.

Na sublevação, que se estendeu por quatro dias consecutivos carros, um posto de gasolina, uma

biblioteca comunitária, uma escola e diversas lojas foram incendiados. A pressão popular foi tamanha que a polícia se viu obrigada a rever sua versão inicial da morte, admitindo na sexta que o assassinato de Aboubakar não foi resultado de autodefesa policial, mas fruto de um “acidente”. Somente de sexta para sábado, 35 carros foram incendiados.

Pouco depois da morte de Aboubakar Fofana, milhares de pessoas marcharam em sua homenagem e em solidariedade a sua família. A marcha, realizada nas proximidades de onde o jovem foi morto, deu uma volta no quarteirão com os manifestantes pedindo “justiça para Abu”, e também entoaram palavras de ordem afirmando que há “polícia em toda parte, porém não há justiça em lugar nenhum”.

“Sonho do Brexit está morrendo, sufocado” por May, afirma ministro Boris Johnson ao deixar governo

O crescimento da oposição aos acordos em proposição pelo governo inglês que negocia com a União Europeia para estabelecer a saída inglesa do bloco está esvaziando o governo de Theresa May.

Logo depois da renúncia de David Davis, chefe do grupo negociador do Brexit (afastamento da Inglaterra da União Europeia), foi a vez de Boris Johnson, ex-prefeito de Londres e secretário (equivalente a ministro) de Assuntos do Exterior, deixar o governo minutos antes do final do domingo.

A mais recente crise do governo de Theresa May, pode levá-la a arrumar as malas e sair do seu posto e da residência oficial do cargo de premiê, em Downing Street, através de um voto de desconfiança (votação que evidenciaria a inexistência de apoio majoritário a sua posição).

Ele seguiu ministro específico para o Brexit, Steve Baker. Só que a saída de Boris Johnson, foi um choque mais duro de difícil superação por May porque veio acompanhada de uma carta de renúncia demolidora.

Diz ela que “Brexit deveria ser sobre oportunidade e esperança. Deveria ser uma chance

para fazer as coisas de forma diferente, ágil e dinâmica, e de maximizar as vantagens particulares do Reino Unido como aberto, voltado para fora mirando a economia global”, ou seja, uma oposição à submissão da Inglaterra à União Europeia, mas nos mesmos marcos neoliberais.

Seja como for, não deixa de ser veraz a denúncia de capachismo explícito que Boris Johnson denuncia: “O sonho está morrendo, sufocado por dúvidas desnecessárias”.

Segundo ele o que May propõe é um semi-Brexit, com “amplas partes da economia inglesa ainda trancadas no sistema da União Europeia” (que, como temos visto nos casos da Grécia e Itália, toma dos países associados as rédeas da economia). Por isso, “não teremos condições de fazer nossas próprias leis”.

A esse respeito, “nós estamos em vias de caminharmos para o status de colônia”, prossegue, denunciando que a equipe que negociou sob o comando de May agiu como “quem manda seu pelotão de vanguarda ao campo de batalha com bandeiras brancas tremulando sobre suas cabeças”.

Papa: “Chega de ocupar o Oriente Médio para saciar sede de lucros”



Papa Francisco e o patriarca da Igreja Copta de Alexandria, Tauadros II, soltam pombas da paz ao lado do patriarca Bartolomeu de Constantinopla

Cardenal, poeta nicaraguense: “Turmas agridem bispos em missão humanitária”

“Turmas, incluindo encapuzados, cercaram e ofenderam verbal e fisicamente, na segunda-feira, aos bispos, incluído o cardeal Leopoldo Brenes, o nuncio Waldemar Sommertag e o bispo Silvio Báez, após chegarem a Diriamba, Estado de Carazo, ao sul da capital Manágua. Homens à paisana, encapuzados e alguns armados, primeiro ofenderam verbalmente os religiosos e depois os atacaram fisicamente, ferindo alguns deles, enquanto que roubaram e golpearam os jornalistas”, denunciou o padre e poeta nicaraguense Ernesto Cardenal, solidarizando-se com aqueles que viajarão “em missão humanitária” à cidade onde, no domingo, paramilitares atacaram manifestantes opositores, provocando 11 mortos.

E a resposta não se fez esperar: “Anunciamos uma série de ações de três dias para dizer a Ortega e a Rosario Murillo para irem embora. Decidimos não só marchar este sábado, 12 de julho, mas também fazer uma greve nacional, e nos somarmos a uma caravana pelos bairros de Manágua para exigir um basta nessa pouca vergonha do governo”, declarou o líder estudantil Francisco Martínez, em coletiva de imprensa. “Não abandonaremos as ruas porque as ruas



Bispo Silvio Báez, um dos feridos em Diriamba

são do povo”, acrescentou, ao ler uma nota do movimento Aliança Cívica pela Justiça e Democracia, que aglutina diversos organizações da sociedade civil.

Será a segunda greve depois da realizada em meados de junho, com grande participação de funcionários e trabalhadores. Os protestos contra Ortega e sua esposa e vice-presidente, Rosario Murillo, começaram em 18 de abril repudiando a tentativa de impor reformas no pior estilo neoliberal que cortavam o orçamento das universidades, arrochando salários de funcionários e professores, e mexiam com a Previdência, aumentando a idade mínima para as aposentadorias, encarecendo as contribuições tanto para os trabalhadores quanto para os patrões. Foi o estopim.

A corrupção grassa em todos os setores do governo. Os cortes inexplicáveis nos orçamentos para a Edu-

cação e Saúde, abuso de poder e nenhum diálogo com os setores organizados da sociedade são hoje denunciados inclusive por membros históricos da - hoje descaracterizada pelo governo Ortega - Frente Sandinista de Libertação Nacional, FSLN, que derubou o ditador Augusto Somoza nos anos 80.

Os protestos se estenderam exigindo a renúncia de Ortega e um adiamento das eleições de 2021 para 2019. Essa petição foi feita pela Igreja católica, que intermedia um diálogo entre a Aliança e o Governo, mas está parado há duas semanas porque Ortega não responde a essa solicitação.

“Sua falta de vontade é o motivo que nos deixa sem uma saída clara para a crise que cada dia deixa mais mortos, sequestrados, feridos e desaparecidos”, acrescentou o líder estudantil Martínez.

Marcha “A Pátria não se rende” reúne multidão de argentinos em repúdio à submissão de Macri ao FMI

No Dia da Independência da Argentina [9 de julho de 1816], uma multidão se concentrou na frente do Ministério de Desenvolvimento Social, em Buenos Aires, sob a consigna “A Pátria não se rende”, manifestando sua rejeição às políticas econômicas do governo.

“Fora Macri”, “Fora Vidal [governadora da província de Buenos Aires]” e “Não ao FMI” foram as frases mais presentes em faixas feitas manualmente pelos manifestantes convocados por sindicatos, associações de bairro, artistas e organizações políticas como Movimento Evita, Livres do Sul, Unida de Popular, Via Campesina, Esquerda Popular, Vamos e Sejam Livres, entre outras.

“Queremos exigir ao governo nacional a recuperação da independência que perdemos no plano das políticas econômicas e sociais, hoje vítimas do colonialismo imposto pelo acordo com o Fundo Monetário Internacional”, afirmou o presidente da Central de Trabalhadores da Argentina, Hugo Yasky.

A enorme manifestação de segunda-feira retomou o protesto contra o acordo Stand By com o Fundo que, em 25 de maio passado, também reuniu uma multidão no Obelisco, ponto central da capital do país. Com milhares



Manifestantes contra imposição de “destino miserável”

de bandeiras argentinas, houve música, discursos e foi lida uma declaração que afirmou: “Somos um povo digno, com muita memória e sabemos de que se trata tudo isto que padecemos: o colonialismo neoliberal só pode oferecer um destino miserável para as maiorias populares. Por isso nos enfrentamos ao governo de Mauricio Macri, pelo caminho da democracia, nas ruas e o faremos também nas urnas”.

“Hoje teria que ser um dia de alegria, não de protesto”, afirmou Rita, manifestante citada pelo jornal Página 12, apontando que “é triste que no dia de nossa independência tenhamos que estar exigindo não perdê-la, porque o

retorno ao FMI significa nem mais nem menos que isso: perder nossa independência, é uma repressão e uma censura a nossa democracia”. Rita destacou a presença desse organismo na memória coletiva do país: “O FMI é a negação total das decisões que podemos chegar a tomar como povo. O povo elegeu um governo para que o represente. Não escolheu o FMI para tomar as decisões”.

Conhecidos atores como Carolina Papaleo, Osmar Núñez, Paola Barrientos, Luisa Kuliok, Daniel Valenzuela, María Ibarreta e Alejandra Darin, presidente da Associação Argentina de Atores, entre outros, se somaram à convocação da manifestação.

Em encontro com líderes religiosos da região, papa condena “uso do Oriente Médio para ganhos de poucos, frustrando as aspirações dos povos, provocando guerra e violência”

“Nós queremos dar uma voz aos que choram e enxugam suas lágrimas. Porque o Oriente Médio está chorando, sofrendo em silêncio enquanto outros pisoteiam em suas terras na busca de poder para os ricos”, declarou o papa Francisco ao começar o serviço religioso na Basílica de São Nicolau, na cidade litorânea sulista de Bari, na Itália, diante de 70 mil fiéis, no dia 7.

“Em nome dos pequenos, dos mais simples, dos feridos, de todos aqueles do lado de quem Deus se coloca, pedimos: ‘Que haja paz!’”, acrescentou o papa no encontro em Bari, que reuniu 17 líderes religiosos de Igrejas do Oriente Médio entre os quais destacamos vários integrantes de Igrejas Ortodoxas, a exemplo de Bartolomeu I, patriarca ecumênico das Igrejas Ortodoxas; Teófilo III, patriarca grego ortodoxo de Jerusalém; Hilarion Metropolitanano de Volokolamsk, que foi ao encontro representando o patriarca Kirill de Moscou e toda a Rússia; o cardeal libanês, Bechara Boutros Rai, patriarca dos maronitas; o egípcio, Tauadros II, patriarca dos coptas; Louis Rafael Sako, cardeal iraquiano, patriarca dos caldeus; e o arcebispo Pierbattista Pizzaballa, administrador apostólico do Patriarcado Latino de Jerusalém.

“Somos levados a viver este dia com nossas mentes e corações voltados para o Oriente Médio, encruzilhada das civilizações e berço das grandes religiões monoteístas, região de onde a luz da fé de espalhou para o mundo”, disse o papa Francisco, no evento que os mais destacados prelados do OM debateram e rezaram pela paz na região. O papa e o patriarca ecumênico soltaram pombas brancas para dar início ao evento.

“De fato, nossas próprias almas estão enraizadas no Oriente Médio que”, prosseguiu, “no entanto, tem sido coberto por negras nuvens da guerra, violência e destruição, instâncias da ocupação e variedades de fundamentalismo que forçaram a migração e o abandono”.

“Tudo isso tem acontecido sob um silêncio cúmplice” e a região “tornou-se uma terra onde as pessoas deixam sua terra para trás”.

“Que haja um fim desta condição em que poucos lucram do sofrimento de muitos! Que não haja mais ocupações que separam as pessoas umas das outras! Chega de meias-ver-

dades que continuam a frustrar as aspirações dos povos! Chega de usar o Oriente Médio para ganhos que não têm nada a ver com o Oriente Médio!”

Citando o exemplo do ataque à Síria, o papa enfatizou que “o flagelo da guerra que tragicamente assola esta amada região só pode ser derrotado pela renúncia à sede de supremacia e pela erradicação da pobreza” e lembrou que “tantos conflitos foram fomentados por muitas formas de fundamentalismo e fanatismo que, sob o disfarce de religião e profanando o nome de Deus – que é paz – vêm perseguindo vizinhos de longa data”.

“Esta responsabilidade pesa na consciência das nações, especialmente as mais poderosas. Não podemos esquecer as lições do século que passou, não podemos esquecer as lições de Hiroshima e Nagasaki. Não podemos tornar o Oriente Médio onde a palavra da paz brotou, em escuras extensões do silêncio”.

“Chega dessa sede de lucros que explora campos de petróleo e gás sem consideração por nossa casa comum, sem escrúpulos para o fato do Mercado de energia agora estar acima das leis de coexistência entre os povos!”

O papa afirmou ainda que “somente uma solução negociada entre israelenses e palestinos, com base em vontade firme, poderá nos levar a uma paz estável e duradoura e garantir a coexistência de dois Estados para dois povos”.

Ao tratar deste assunto, referiu-se à situação dramática de Jerusalém que descreveu como uma “cidade única e sagrada para cristãos, judeus e muçulmanos em todo o mundo, cuja identidade e vocação devem ser salvaguardadas aparte de várias disputas e tensões e cujo status deve ser respeitado como decidido pela comunidade internacional e repetidamente requisitado pelas comunidades cristãs da Terra Santa”.

“Demasiadas crianças”, finalizou o papa, “têm vivido a maior parte de suas vidas vendo ruínas ao invés de escolas, ouvindo explosões ensurdecedoras de bombas ao invés do som alegre dos parques. Todos devem ouvir o choro das crianças”.

Logo depois de concluído o pronunciamento do papa, um grupo de crianças expressou seu desejo de paz na região também liberando pombas.

Salvadorenhos se mobilizam contra a privatização da água

A defesa da água como bem comum e público tem levado milhares de pessoas às ruas de El Salvador contra as manobras privatizadoras da direita parlamentar encabeçada pela Aliança Republicana “Nacionalista” (Arena). Na última quinta-feira, estudantes, professores e funcionários da Universidade de El Salvador realizaram uma marcha até a Câmara dos Deputados para denunciar e exigir um basta.

Em 2006, uma ampla rede de movimentos populares apresentou um anteprojeto de Lei Geral de Águas, cujo texto foi sucessivamente atualizado em 2011 e 2013. A própria Presidência da República, através do Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais, reconheceu a água como fonte de vida e bem público, cujo acesso constitui um direito

humano fundamental da humanidade.

Patrocinada pelas transnacionais, a oposição de direita nunca permitiu a aprovação da lei de cerca de 180 artigos, sendo somente acordados 92 – sem que se ratificasse a água como direito humano, nem o direito à alimentação ou que se aprovasse uma lei referente à soberania alimentar.

“O tema da água em El Salvador é muito sensível e o cenário é muito preocupante”, declarou María Silvia Guillén, assessora presidencial para os Direitos Humanos, frisando que o interesse dos grupos privatizantes e desnacionalizantes “não é obviamente garantir o acesso à água em quantidade e qualidade suficiente à toda população, mas converter a água em mercadoria para que seja fonte de lucros”.

EUA obriga menino de 1 ano a ir a tribunal antes de ser deportado



Crianças em tribunal, sozinhas, sem advogado e separadas dos pais já deportados

Tailândia: resgate dos garotos comove o mundo

Com grande apoio logístico e solidariedade vinda do mundo inteiro, oito dos 12 meninos que ficaram presos com seu treinador nos labirintos da caverna inundada de Tham Luang, na Tailândia, já se encontram a salvo. Quatro deles haviam resgatados no domingo e outros quatro saíram na segunda-feira. Agora, as equipes de mergulhadores estão concentradas no resgate dos outros quatro meninos e do treinador, que resistem desde o dia 23 de junho com o nível de oxigênio tendo alcançado patamares “muito perigosos”.

A queda de 21% para 15% do nível de oxigênio na caverna já na sexta-feira e a inesperada morte de um mergulhador aumentaram a tensão na operação de resgate. Na avaliação dos médicos, é sério o risco de hipoxia, a mesma condição que provoca o mal da altitude.

“Nós originalmente pensamos que os garotos pode-

riam ficar seguros dentro da caverna por um longo tempo, mas as circunstâncias mudaram. Temos um tempo limitado”, afirmou o vice-almirante Aphakorn Yookongkaew. Nesse quadro, assinou, “não podemos mais esperar para todas as condições [ficarem prontas]”. Agora se tornou prioridade máxima proporcionar mais oxigênio aos resistentes e os esforços estão concentrados em estender até a câmara que abriga o grupo uma tubulação para renovar o oxigênio. Horas antes, um mergulhador voluntário e ex-submarinista da força de elite, Saman Kunan, de 38 anos, morreu ao retornar de uma operação de transporte de cilindros de oxigênio até os garotos.

“A morte deste especialista em mergulho serve para mostrar a dificuldade dos trabalhos de resgate”, declarou o gabinete do governador da província de Chiang Rai, onde fica a

caverna. Amigos relataram que Kunan era triatleta e se encontrava em boa forma. O mergulhador que o acompanhava ainda tentou reanimá-lo, sem sucesso.

Somente no dia 2 de julho, mergulhadores britânicos localizaram os garotos - entre 11 e 16 anos - e o treinador - de 25 anos - empoleirados em uma protuberância rochosa, quatro quilômetros caverna inundada dentro, há nove dias sem água potável ou comida. A primeira refeição dos 12 meninos tailandeses do time de futebol Javalis Selvagens e seu treinador após um jejum forçado de nove dias foi carne de porco, arroz doce e leite.

Apesar da perda de peso e de arranhões e erupções cutâneas, o estado de saúde deles é considerado bom. O treinador e dois dos meninos são os mais debilitados. Os pais comemoram aliviados e estão acompanhando ansiosamente o resgate, à espera de poder abraçar seus filhos.

Chantagem dos EUA é derrotada na ONU e proposta de estímulo ao aleitamento materno é aprovada

Em recente Assembleia Mundial da Organização Mundial da Saúde - OMS os EUA se posicionaram contra o Aleitamento Materno. O governo norte-americano condenou uma resolução da OMS baseada em estudos científicos que estimulava os governos dos países a incentivar o aleitamento materno por beneficiar à saúde do bebê.

Segundo matéria publicada pelo The New York Times “o posicionamento americano foi contrário aos estudos científicos sobre a questão para atender interesses dos fabricantes de alimentos infantis”, na maioria multinacionais como a Nestlé e Johnson entre outras.

OMS

A OMS apresentou à Assembleia Mundial da Saúde como fundamento de sua proposta de resolução de estímulo ao aleitamento materno, texto baseado em décadas de pesquisas que apontam que “o leite materno é o alimento mais saudável para crianças recém-nascidas” recomendando que “os governos limitassem o marketing impreciso ou enganoso de métodos que substituem a amamentação”.

O governo dos EUA tentaram retirar a recomendação ao aleitamento da resolução final assim como o texto que recomendava “proteger, promover e apoiar a amamentação”, mas não conseguiram e seus diplomatas passaram a pressionar os diplomatas dos países submissos aos EUA da África e da América Latina a votarem contra a resolução de incentivo à amamentação ou seus governos parariam de receber ajuda financeira e militar dos EUA. Uma chantagem inominável afrontosa e arrogante contra os demais governos dos países do mundo.

Por iniciativa da Rússia, que passou a discutir a resolução com os demais países, a chicana norte-americana foi dissolvida, os EUA pararam com as intimidações e a resolução foi aprovada.

O desenvolvimento saudável de um bebê depende em alto grau da amamentação, e isso é reconhecido oficialmente pela maioria dos países do mundo. Mas contraria as multinacionais que querem sempre lucrar mais com a venda de alimento infantil.

Valorizar e proteger a maternidade é questão fundamental para o desenvolvimento das sociedades e deve ser considerada dever do Estado. Uma mãe que trabalha e não tem licença-maternidade suficiente para os cuidados e a amamentação da criança no seu primeiro e mais fundamental ano de vida fica prejudicada no exercício pleno da maternidade e por isso é fundamental que a sociedade - os pais e as instituições governamentais - assumam sua parte e contribuam para a superação da cultura machista que considera a maternidade como um “problema” das mulheres. A maternidade não é um “problema” e nem responsabilidade apenas da mulher. Cuidar dos filhos convém às famílias e à sociedade, ao Estado.

A matéria no “The New York Times” publicada em português passa a ideia de que o posicionamento dos EUA contra a amamentação e a maternidade é um problema do atual presidente americano, Donald Trump, e é uma política oposta à política à que o presidente anterior, Barack Obama, encaminhava, o que não é verdade.

Nos EUA da era Obama

não se melhorou em nada a licença maternidade ou a discriminação salarial entre homens e mulheres que tanto aflige as trabalhadoras e mães americanas.

Nos EUA da era Obama o que se fez foi projetar como grande “feminista” a carniceira Hillary Clinton, candidata do establishment à sucessão de Obama derrotada por Trump. Então o que a imprensa pró-establishment faz hoje nos EUA é tentar mostrar que Trump é ruim e que Obama era melhor. Usam todo e qualquer fato, inclusive a questão feminina que passou a ter grande importância por causa da candidatura de Hillary, para provar ao povo americano e aos povos do mundo que foi uma grande perda Hillary não ter sido eleita. Mas nós não nos deixamos enganar com as contradições internas do setor imperialista financista e belicista nos EUA. Nem pensamos que a candidatura de uma mulher desse setor nos EUA, como Hillary, significasse um avanço para a luta das mulheres e a superação das discriminações contra as mulheres nos EUA e a opressão que este país exerce contra os demais países no mundo.

Com Trump, ou mesmo se fosse Hillary a presidente, os EUA continuariam como continuam sendo o principal país imperialista e opressor do mundo. Assim como foi durante todo o período do “democrata negro” Barack Obama no governo dos EUA. Mas isso nem o New York Times nem os demais monopólios de mídia norte-americanos amplamente repercutidos e cultuados pela mídia colonizada por aqui, dizem, e continuam tentando nos usar em suas disputas internas.

ROSANITA CAMPOS

Protestos em Bruxelas repudiam cúpula da Otan

Mais de quatro mil pessoas participaram dos protestos contra a cúpula da Otan e a presença do presidente dos EUA, Donald Trump, em Bruxelas, no sábado (7), sob a palavra de ordem: “Trump não é bem-vindo. Façamos a paz grande outra vez”.

Durante o protesto, que reuniu diversas organizações, entre as quais, até mesmo membros da Anistia Internacional e do Greenpeace, os manifestantes afirmavam ser “contra essa lógica em que a militarização tem preferência contra a luta contra a pobreza, a proteção do clima e a recepção dos migrantes”.

Durante a manifestação foi organizada uma marcha pelas ruas de Bruxelas, que partiu da estação norte para o centro da cidade, onde centenas de manifestantes portavam cartazes proclamando “Faça a Paz Grande Outra Vez”. Havia também cartazes afirmando que “Trump não é bem-vindo”, devido a sua campanha que exige que os países da Otan aumentem seus gastos militares.

A cúpula da Otan ocorrerá entre os dias 11 e 12 de julho na sede da organização em Bruxelas, na Bélgica. “Pedimos a nossos dirigentes belgas e europeus que não se inspirem na visão de mundo de Trump para assim resistir diante de Washington. Pedimos que façam frente à sua visão desumanizada da política migratória”, afirmou Leila Lahssaini, da Rede de Advogados pelo Progresso e também porta-voz da manifestação, durante entrevista à agência Efe.

Presidente do Irã cobra da Europa medidas concretas para manter Acordo Nuclear

“Os países europeus têm a vontade política de manter os laços econômicos com o Irã com base no acordo nuclear, mas precisam tomar medidas práticas dentro do prazo”, afirmou o presidente iraniano, Hassan Rouhani, conclamando aos governos do velho continente para que reajam soberanamente à chantagem realizada por Washington e não rompam o negociado com Teerã.

O acordo histórico de 2015 (Jepoa, do qual Trump se retirou em maio) submete o Irã a um controle extremamente restrito de todas as suas atividades nucleares, com o objetivo de impedir que o país tenha acesso à arma atômica que os Estados Unidos não só dispõe - como já usou, assassinando dezenas de milhares de inocentes. Em troca, seriam suspensas as sanções internacionais para impulsionar o desenvolvimento.

Na última sexta-feira, Rússia, China e os países europeus se reuniram em Viena com autoridades iranianas para fazer propostas concretas que possibilitem salvar o acordo. Conforme o chanceler iraniano, Mohammad Javad Zarif, “todos os membros, incluindo os três aliados dos EUA (Berlim, Paris e Londres), se comprometeram e têm a vontade política de resistir aos Estados Unidos”.

Apesar do anúncio

Chile reitera pedido a EUA para extraditar Pablo Barrientos o assassino de Victor Jara

A chancelaria chilena anunciou que vai reiterar o pedido de extradição do ex-oficial Pedro Pablo Barrientos Núñez, foragido nos Estados Unidos desde 1989, acusado de ser o autor material do assassinato do renomado cantor e compositor Victor Jara, durante o golpe de setembro de 1973.

O pedido foi feito oficialmente em 2014, porém a solicitação permanece até agora sem resposta. “É uma causa de violação dos direitos humanos e, por isso, era essencial reativar o caso que já estava há um bom tempo pendente”, declarou o chanceler Roberto Ampuero.

Mesmo nos EUA, uma corte federal declarou Barrientos como o responsável pelo assassinato de Victor Jara e determinou, em junho de 2016, o pagamento de 28 milhões de dólares em compensa-

ção à sua família. Destacado membro do Partido Comunista, cantor, diretor de teatro e professor universitário, Jara foi detido junto a colegas e alunos na Universidade Técnica do Estado no dia posterior ao golpe que derrubou o governo socialista de Salvador Allende. Com decisivo apoio do governo dos Estados Unidos, a intervenção militar instalou - à custa de mais de 30 mil mortos e desaparecidos - a ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990).

Após a ameaça de que empresas europeias seriam sancionadas, lhes sendo vedado o acesso ao mercado estadunidense, mesmo gigantes como o fabricante automotivo francês Peugeot e o armador dinamarquês de navios petroleiros Maersk Tankers ficaram abalados pelo impacto da retaliação e disseram que podem deixar o país. A francesa Total também ameaça se retirar de um projeto de exploração do grande campo petrolífero iraniano Pars Sud.

“O tempo de negociações está acabando”, alertou o presidente do Parlamento iraniano, Ali Larijani, reiterando a necessidade de que os países europeus não se deixem intimidar pelos ataques de Trump.

Richardson disse que o caso do menino Johan serve de alerta quanto ao prazo para reunir as crianças pequenas com suas famílias dado por um juiz federal de San Diego, que acaba nesta terça-feira (10) para as menores de 5 anos e vai até 26 de julho para as demais. O caso do menino foi ouvido no mesmo dia em que o governo Trump disse que precisava de mais tempo para reunir 101 crianças menores de 5 anos para garantir a segurança das crianças e confirmar suas relações parentais.

ANTÔNIO PIMENTA

“O menino hondurenho Johan de 1 ano de idade, com uma camisa verde, bebeu leite de uma garrafa, e pediu água”, relata a revista Time. Foi então sua vez de passar pelo ritual da deportação

O grau de absurdo a que chegou os EUA sob a política xenófoba de Trump de “tolerância zero” é tal que a Associated Press, em matéria reproduzida pela revista Time no domingo (8), registrou a insólita aparição de um menino de 1 (um!) ano de idade em um tribunal de imigração, para que fosse deportado - seu pai, um hondurenho, há havia sido. A cena aconteceu em um tribunal da imigração em Phoenix, Arizona.

Como descreve a AP, “o menino de 1 ano de idade, com uma camisa verde, bebeu leite de uma garrafa, brincou com uma pequena bola roxa que luziu quando caiu no chão e ocasionalmente pediu água”. Foi então sua vez de passar pelo ritual pelo qual tantos imigrantes já passaram, diante de um juiz de imigração.

O menino mal podia conter sua inquietação - o que poderia ser para ele aquela gente estranha, aquele local? Onde estaria seu pai? Nas audiências, que quase sempre acabam em deportação, existe aquele momento inicial em que o juiz pergunta aos réus imigrantes - que em geral não falam inglês - se “estavam entendendo o processo”. Uma formalidade vazia, um arremedo de justiça, quase um escárnio.

Uma situação ainda mais ignóbil diante de uma criança, um bebê de 1 ano de idade. “Estou envergonhado de perguntar, porque não sei a quem você explicaria, a menos que você ache que uma criança de 1 ano poderia aprender a lei de imigração”, disse o juiz John W. Richardson ao advogado que o representa.

A mídia tem exposto fotos de crianças nessa situação, sentadas, atônitas, fones enormes para seu tamanho, ouvindo a tradução do que o juiz está dizendo. As crianças que foram sequestradas de seus pais para servirem de moeda de troca na obtenção do financiamento para o muro na fronteira com o México e para amealhar votos de racistas nas eleições de novembro.

Conforme a AP, o sistema de tribunais de imigração, desenvolvido sob Obama e exacerbado por Trump, é tão iníquo que “exige que crianças - algumas ainda em fraldas - tenham de comparecer perante juízes e passem por processos de deportação enquanto estão separados de seus pais”. Sequer têm direito a um advogado nomeado pelo tribunal. De acordo com a Kids in Need of Defense (“Crianças que Necessitam de Defesa”), entidade que presta assistência legal a essas crianças, 90% das crianças sem advogado retornam ao seu país de origem.

O nome do bebê no tribunal é Johan, segundo o advogado, e está sob custódia do Departamento de Saúde e Serviços Humanos do Arizona. Depois de tempo,

Paquistão: tribunal condena ex-premiê Sharif a 10 anos de prisão por corrupção

O ex-primeiro-ministro paquistanês, Nawaz Sharif (68), foi condenado a 10 anos de prisão por corrupção, dando sequência a investigações do caso Panama Papers. Sharif, que foi por três vezes chefe do governo paquistanês foi condenado sob a acusação de comprar apartamentos de luxo em Londres através de um esquema de corrupção envolvendo uma sociedade offshore no Panamá, esquema similar ao perpetrado pelo PT com as construtoras Odebrecht e OAS.

A condenação de Sharif se deu há cerca de um ano após sua deposição do cargo de primeiro-ministro

a criança tirou os sapatos e ficou só de meias. Ficou calado durante a maior parte da audiência, mas chorou muito quando a mulher que cuidava dele o deixou por alguns segundo com mais alguém enquanto pegava sua bolsa de fraldas.

No final, Johan recebeu uma “ordem de saída voluntária”, autorizando o governo a levá-lo a Honduras para se reunir com a família de que foi separado à força. Um advogado do Florence Project, uma organização sem fins lucrativos sediada no Arizona que presta assistência jurídica gratuita a imigrantes, confirmou que seus pais estavam em Honduras.

Mais ou menos na mesma época da audiência em San Diego, outras crianças que haviam sido separadas de seus pais foram ao tribunal de Phoenix. Um menino da Guatemala vestido com um colete e gravata foi perguntado pelo juiz quantos anos ele tinha, e a criança simplesmente colocou cinco dedos para cima. Seu advogado disse que seu pai havia sido deportado há duas semanas para sua casa na Guatemala. Ele pediu uma saída voluntária para o menino.

O imigrante hondurenho Christian Granados foi separado de sua filha de 5 anos, Cristhy, por mais de um mês depois que eles foram detidos em El Paso, Texas, tentando entrar nos EUA. Ela foi levada para um abrigo em Chicago, enquanto ele foi liberado em 24 de junho e aguarda pedido de asilo. Ele foi morar com parentes em Fort Mill, SC - mas agora teme que não possa pagar a passagem aérea para que sua menina se reúna a ele. Ele disse que as autoridades pediram US \$ 1.250 para levá-la de Chicago. “Eu não senti a felicidade que deveria sentir por estar aqui nos Estados Unidos”, disse Granados. “Felicidade é quando tenho minha filha comigo.”

Uma menina de 7 anos de arco rosa e vestido, que foi separada do pai, já deportado para a Guatemala, sentou-se pacientemente em um banco de madeira até ser inquirida pelo juiz. Ele lhe perguntou se queria voltar para a Guatemala e tinha medo de se machucar lá. A menina respondeu que não: mais uma deportação para se reunir com a família.

Richardson disse que o caso do menino Johan serve de alerta quanto ao prazo para reunir as crianças pequenas com suas famílias dado por um juiz federal de San Diego, que acaba nesta terça-feira (10) para as menores de 5 anos e vai até 26 de julho para as demais. O caso do menino foi ouvido no mesmo dia em que o governo Trump disse que precisava de mais tempo para reunir 101 crianças menores de 5 anos para garantir a segurança das crianças e confirmar suas relações parentais.

ANTÔNIO PIMENTA

pelo Supremo Tribunal do Paquistão. A Justiça do país também o tornou inelegível para cargos públicos. Sharif encontra-se, atualmente, em Londres, alegando estar tratando da saúde de sua mulher. Entre os condenados no caso Sharif, encontra-se também a sua filha, Maryam, que foi condenada a sete anos de prisão, o que acabou com as esperanças que buscava emplacar a filha como herdeira política.

A condenação de Sharif se deu a três semanas das eleições gerais do país, que devem ocorrer no dia 25 de julho.

A debacle da pseudo-esquerda e o renascer da humanidade (15)

Da lei econômica fundamental do socialismo, deriva a sua ética, com o desenvolvimento da individualidade humana, somente possível através da vida coletiva, social

CARLOS LOPES

O primeiro filme de Gregory Peck, **"Quando a Neve Tornar a Cair"** (título original: *Days of Glory*), era uma história sobre o sentido moral da vida. Não muito surpreendentemente para a época (1944), os heróis eram guerrilheiros soviéticos em luta contra a invasão nazista – inclusive Nina (Tamara Toumanova), uma bailarina que, atrás das linhas alemãs, soma-se ao grupo liderado por Vladimir (Peck).

As escolhas são claras – e ninguém poderia dizer que estão fora da realidade, considerando o que acontecera desde 1941. Mitya (Glenn Vernon) prefere morrer enforcado pelos nazistas do que trair seus companheiros. Vladimir opta por não tentar o resgate de Mitya, para não prejudicar a contra-ofensiva soviética, prevista para o dia seguinte. No limite, a morte individual é sempre preferível à escravidão de todos.

Como nos **Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844**: *"a morte aparece como uma dura vitória da espécie sobre o indivíduo particular"* (cf. Karl Marx/Friedrich Engels, *Werke*, Band 40, Dietz Verlag, Berlin, 1968, p. 539).

"Quando a Neve Tornar a Cair", porém, não é um filme soviético – nem é propaganda comunista, como, alguns anos mais tarde, o macartismo o acusaria, assim como à **"Canção da Rússia"**, com Robert Taylor.

Os personagens de **"Quando a Neve Tornar a Cair"** são concebidos como a antítese dos nazistas. Não como a antítese dos capitalistas, dos burgueses em geral. Seu "código moral" – sua ética – é antagonista à negação da ética pelos nazistas, **mas não antagonista à outra ética de classe.**

O episódio do prisioneiro nazista traduz esse antagonismo. Vladimir quer executá-lo, sem mais delongas, já que, além da tentativa de usar uma mulher como "escudo humano", é evidente que o alemão quer enganá-los. Nina e outro personagem, o subcomandante, Semyon (Lowell Gilmore), convencem-no a organizar um julgamento. Mas, antes que este possa acontecer, o nazista tenta fugir – e é morto por Nina.

Antes que algum leitor reclame porque contamos uma parte da história do filme, advertimos que não se trata de suspense. Pouco importa se conhecemos ou não a história. Não depende disso o prazer (ou não) de assisti-lo.

O importante, aqui, é que a humanidade – em seu duplo sentido, tanto de conteúdo humano quanto de coletivo dos seres humanos – é o antônimo perfeito do nazismo.

Trata-se da ética humana, em seu aspecto que transcende as classes (naturalmente, quando as classes não existem, nem por isso a ética deixará de existir), em um filme norte-americano.

Lembro-me que Paulo Perdigão, crítico de cinema que programava a sessão "Coruja", da Globo, escalou **"Quando a Neve Tornar a Cair"** para uma madrugada, no meio da semana.

Não era esperada uma grande audiência – e não houve. Mas pessoas como meu avô e minha mãe, que já conheciam o filme, passaram a noite acordados para assisti-lo, algo que não era, em absoluto, comum. Muito menos nos anos sob a ditadura. Foi assim que vi, pela primeira vez, este filme.

FUNDAMENTOS

A Revolução Russa, podemos assim nos expressar – a falta de

completa exatidão é compensada pelo que isto carrega de verdade –, freou a deterioração ética nos países centrais do ocidente (isto é, a deterioração ética do capitalismo monopolista) durante décadas.

Aqui é onde a ética, a economia e a política cruzam seus caminhos.

Tomemos o capitalismo monopolista – o capitalismo tal como é, nos países centrais do sistema imperialista:

"As características principais e as exigências da lei econômica fundamental do capitalismo moderno poderiam ser formuladas, aproximadamente, da seguinte maneira: assegurar o lucro máximo capitalista, mediante a exploração, a ruína e a pauperização da maioria dos habitantes de um dado país, mediante o avassalamento e a pilhagem sistemática dos povos de outros países, principalmente dos países atrasados, e, por último, mediante as guerras e a militarização da economia nacional, às quais recorre para assegurar o máximo de lucro" (Stalin, **"Problemas Econômicos do Socialismo na URSS"**, 1952).

Com essa base econômica, é fácil perceber a origem da negação da ética no capitalismo monopolista.

Da mesma forma, é fácil perceber de onde surgiram todas as "teorias" anti-humanas, de Nietzsche a Foucault, passando por Hitler, Alfred Rosenberg e outras almas que habitam, hoje, o nono círculo do Inferno.

Essas "teorias" são, precisamente, expressões alucinadamente conformistas do capitalismo monopolista, tão conformistas que seus autores propõem-se a pertencer a uma raça de feitores dos monopólios financeiros – é a essa raça de feitores que chamam "homem superior" ou "super-homem".

Apenas macaqueiam a barbárie sanguinária do próprio capitalismo monopolista, sob uma forma supostamente teórica ou falsamente erudita – mas apenas pedante e ridícula, embora, também, criminosas.

Vejam, então, a lei econômica fundamental do socialismo:

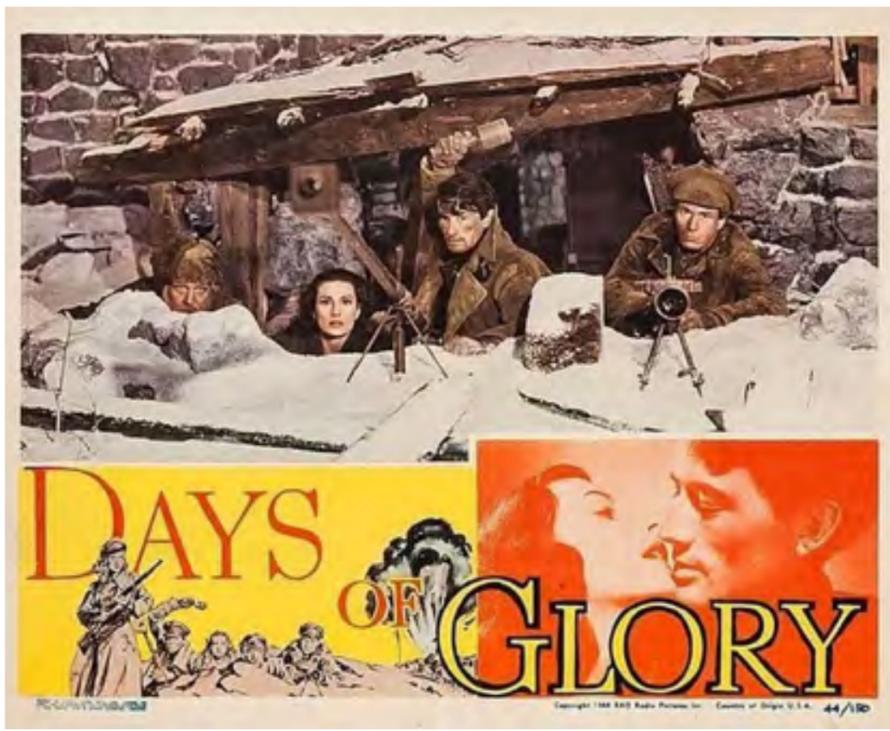
"Os traços essenciais e as exigências da lei econômica fundamental do socialismo poderiam ser formulados, aproximadamente, da seguinte maneira: assegurar a satisfação máxima das necessidades materiais e culturais, sempre crescentes, de toda a sociedade, mediante o desenvolvimento e o aperfeiçoamento ininterrupto da produção socialista à base da técnica mais elevada" (idem).

O leitor poderá, então, contrastar uma e outra lei econômica (é importante frisar que são leis econômicas, devido à confusão, nos últimos anos, em que se martelou uma suposta artificialidade da economia socialista, como se o natural fosse a exploração, o assassinato em massa, a miséria – e a espoliação selvagem dos países menos desenvolvidos).

Da lei econômica fundamental do socialismo, deriva a sua ética, com o desenvolvimento da individualidade humana, somente possível através da vida coletiva, social.

O autor que citamos faz a comparação entre as duas leis econômicas:

"Por conseguinte, em vez de assegurar os lucros máximos, assegurar a satisfação máxima das necessidades materiais e culturais da sociedade; em vez de desenvolver a produção com intermitências do ascenso à crise e da crise ao ascenso, desenvolver ininterruptamente a produção; em vez de intermitências periódicas no desenvolvimento da técnica, acompanhadas da destruição das forças produtivas da sociedade,



Cartaz norte-americano para "Quando a neve tornar a cair" (Days of Glory)

o aperfeiçoamento ininterrupto da produção à base da técnica mais elevada" (idem).

EMPREGO

O contraste entre essas duas leis econômicas fundamentais – ou, antes, os seus resultados – foi a característica do entre guerras, e, claro, do pós-II Guerra.

A União Soviética foi, então, do ponto de vista ético, a referência do mundo – e, aqui, estamos nos referindo, sobretudo, aos países capitalistas centrais.

Mas isso estava estribado, evidentemente, em seu desenvolvimento econômico.

Um problema interessante, neste aspecto, diz respeito à teoria econômica.

Com a crise que eclodiu em 1929, a economia política vulgar faliu completamente.

No entanto, seus representantes – de Pigou e Fisher até Schumpeter – continuavam recomendando que nada se fizesse, pois a crise se resolveria sozinha. Eles não consideravam um problema, exceto muito provisoriamente, que metade ou mais da força de trabalho nos países centrais estivesse desempregada. Muito menos que a periferia do sistema fosse arrasada pelo aumento estúpido da espoliação sobre ela.

Pelo contrário, os milhões e milhões de desempregados passando fome – assim como os mortos em massa nas colônias e semi-colônias – eram parte da solução desses economistas vulgares para o problema, uma solução que jamais ocorreu ou ocorreria, porque uma economia engessada por monopólios e cartéis, tende não à recuperação, mas à estagnação.

Nessa época, embora evitando tratar dos monopólios, John Maynard Keynes afirmou, exatamente, que a estagnação da economia capitalista tendia a se manter, sem estímulos "externos" (isto é, sem intervenção estatal).

Ao contrário de seus colegas, Keynes transformou o emprego (aliás, o desemprego) no principal problema a ser enfrentado. Daí o nome de sua obra principal, **"A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda"** (*The General Theory of Employment, Interest and Money*).

O emprego antecede o juro e a moeda nessa "teoria geral".

Ainda que, conscientemente, Keynes jamais tenha se colocado a questão (como disse Paul Sweezy, para ele, Marx e os marxistas pertenciam a um submundo intelectual), não foi apenas o catastrófico desemprego nos EUA, Inglaterra, França e Alemanha que o levou a dar essa prioridade ao emprego na sua teoria – nem, muito menos, foram elementos apenas teóricos que o levaram a isso.

O fato é que havia um lugar na face da Terra no qual o desemprego deixara de existir desde 1930 – quando foi fechada a última "bolsa de trabalho"

– e onde a economia crescia a taxas exponenciais, ao mesmo tempo que, no ocidente, a bancarrota afundava populações inteiras.

Era, naturalmente, a URSS. Essa realidade não era possível ignorar, quando se formulavam políticas para enfrentar a crise nos países capitalistas.

Que melhor exemplo de intervenção do Estado poderia existir do que a URSS?

Nílson Araújo de Souza fez uma importante contribuição para a compreensão desse problema – e das soluções encontradas – nos países capitalistas, em seu livro **"Ascensão e Queda do Império Americano"** (CPC-UMES/Mandacaru, 2001).

Sucintamente, houve uma época em que, ao invés de países socialistas importarem mecanismos mercantis, e mesmo capitalistas, para dentro de suas economias, países capitalistas – e países centrais do capitalismo – foram obrigados a usar mecanismos que tinham levado ao sucesso a URSS.

Com certeza, isso não levava – e não levou – os países capitalistas a se tornarem socialistas, nem esses "mecanismos" significaram a mesma coisa sob o capitalismo do que significavam no socialismo.

Mas é evidente como essa mesma realidade histórica – o sucesso econômico da URSS – aparece, por exemplo, na polêmica sobre planejamento econômico estatal, no Brasil, entre o empresário Roberto Simonsen e o testa-de-ferro Eugênio Gudin, no final do primeiro governo Getúlio Vargas, inclusive com várias citações de Stalin (v. HP 19/01/2011 e segs, Roberto Simonsen: a indústria e o desenvolvimento do Brasil).

Era inevitável, nesse contexto, que a questão ética intrínseca ao próprio desenvolvimento econômico da URSS, tivesse repercussão internacional direta.

Nessa esfera econômica, as discussões sobre o pleno emprego, que, com Franklin Delano Roosevelt, torna-se o objetivo central da política econômica nos EUA, fazem parte dessa repercussão.

Bem entendido, não estamos dizendo que os rooseveltianos defenderam o que defenderam – e fizeram o que fizeram – apenas por influência da URSS ou apenas para competir com a URSS.

Mas até que ponto a consciência deles teria se desenvolvido, sobre essas questões, se ao desastre a que levaram os monopólios financeiros nos EUA, não houvesse o contraponto – se assim podemos chamar – da URSS?

Todo o chamado Estado do Bem-Estar Social (Welfare State), tão detestado pelos neoliberais, era a tentativa de resistir ao socialismo, introduzindo, em algum nível, medidas que tinham sido implementadas pela URSS.

Mesmo quando essas medidas não eram – nem podiam ser

– as mesmas que na URSS, sua própria designação revelava algo da origem. Por exemplo, a denominada "socialização da medicina", no governo trabalhista de Clement Atlee (1945-1951), e a "nacionalização" (isto é, estatização), pelo mesmo governo, da infraestrutura econômica (carvão, siderurgia, eletricidade, ferrovias, gás, transporte rodoviário, telefones, e, também, aviação civil), além da estatização do Banco da Inglaterra.

Notemos que todas essas medidas, realizadas em seis anos – e não foram só essas –, vão na direção oposta à do capitalismo monopolista.

Muito se escreveu, depois, sobre como as medidas do governo Atlee não eram opostas ao capitalismo em geral, como, pelo contrário, elas foram realizadas exatamente para que o capitalismo continuasse viável na Inglaterra.

É verdade. Mas o que é notável não é essa obviedade. O que é notável é que a condição para que o capitalismo continuasse viável na Inglaterra foi uma restrição à monopolização privada em setores-chaves da economia – e nos serviços públicos, especialmente a Saúde.

Também é verdade que alguns governos posteriores, especialmente os governos conservadores que sucederam Atlee nos 12 anos seguintes – Churchill (1951-1955), Eden (1955-1957) e Macmillan (1957-1963) –, sem tocar nas mudanças do governo Atlee, agiram no sentido oposto – isto é, no sentido de favorecer a monopolização financeira da economia. Foi isso que significou a crescente "integração" da economia inglesa à economia norte-americana e a transformação da "city" londrina no maior centro de especulação da Europa.

O que explica, também, a recusa de De Gaulle à entrada da Inglaterra no Mercado Comum Europeu (MCE). O projeto gaullista implicava algum grau de enfrentamento com os monopólios norte-americanos. Aceitar a Inglaterra dentro do MCE equivaleria às comemorações troianas pelo cavalo de madeira que os gregos deixaram na praia.

ENTRE GUERRAS

Outra vez lembramos que não estamos confundindo necessidades econômicas com demandas éticas – apenas, se umas estiverem em oposição às outras, estaremos caminhando para a catástrofe. Sobre tudo quando se trata das "necessidades" econômicas de um punhado microscópico de parasitas, grudados na economia pelo fincamento predatório.

Resta, também outra vez, frisar que o respiro civilizado que houve nos países centrais não foi um produto do capitalismo monopolista, mas, pelo contrário, devido a políticas – inclusive expressas na legis-



lação – que restringiam o poder dos monopólios financeiros.

É isso o que determinou, nos EUA, a chamada "era dos bancos tediosos", termo que Paul Krugman usou para o período que vai do fim da depressão da década de 30 até a década de 70, ou seja, o período em que os bancos e o setor financeiro em geral foram regulados pelo **Glass-Steagall Act** (1933), pelo **Securities Act** (1933) e pelo **Securities Exchange Act** (1934), promulgados pelo governo Roosevelt (v. Paul Krugman, *Making Banking Boring*, TNYT 09/04/2009).

Trata-se de um período em que o peso do setor meramente financeiro diminuiu na economia dos EUA. A importância dessas leis não pode ser subestimada após o que ocorreu com a revogação dessa regulamentação, por Clinton e seus "novos demócratas" (v. O serpenteário do neoliberalismo: um estudo da idiotice econômica; para um ponto de vista ligeiramente diferente, v. John Bellamy Foster e Hannah Holleman, *The Financial Power Elite*, Monthly Review, May 01, 2010).

Mas, a razão porque frisamos tão insistentemente que a "ética revolucionária" – baseada nas relações econômicas que se desenvolviam na URSS – teve um papel proeminente, mesmo decisivo, nos países centrais, nos países imperialistas, é, precisamente, porque houve um deles em que isso não aconteceu no entre guerras.

Esse caso, o da Alemanha, nos serve, aqui, de prova negativa – o que lá ocorreu demonstra, com furtura de horrores, ao que levou o capitalismo monopolista sem restrições, deixado a si mesmo, com uma ditadura de poder absoluto por parte dos cartéis e monopólios que já sufocavam o país.

Sucintamente, o capitalismo monopolista, nessas condições, levou a uma guerra mundial com, pelo menos, de acordo com a Larousse, 54 milhões de mortos.

Do ponto de vista estritamente germânico, levou à destruição da Alemanha.

[NOTA: Antes de continuar, uma observação sobre a Itália, onde o nietzschiano Mussolini – que lia seu autor favorito diretamente em alemão – instalou a ditadura fascista desde o início da década de 20.

O fascismo italiano jamais conseguiu um poder absoluto, quanto o nazismo na Alemanha. Aliás, nem mesmo conseguiu eliminar a influência dos comunistas na classe operária e no campesinato italianos.

Por outro lado, outras contingências, como a relação com a Igreja Católica, e as próprias limitações materiais do capitalismo italiano, frearam Mussolini. Mas somente até certo ponto: a chacina da Etiópia e o massacre na Líbia marcam bem esse ponto.

Hoje, Mussolini nos parece ridículo – pela simples razão, que era ridículo. Porém, além disso, era um assassino. Não deixa de ser sintomático que ele, antes da II Guerra, tenha dito a mais de um interlocutor que Hitler era um homicida. No que estava certo, mas essa era uma qualidade em que ele não se distinguia do ditador austro-alemão. Oportunista psicopático, Mussolini encontrou seu fim quando acreditou na eternidade das vitórias de Hitler (a melhor obra sobre Mussolini é o diário de seu genro – e ministro do Exterior – Galeazzo Ciano, fuzilado pelos alemães porque apoiou a deposição do sogro pela direção do partido fascista, o que significava afastar a Itália da Alemanha).]

Continua na próxima edição